

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

França: quatro meses de luta de classes

Uma primeira fase que prepara a passagem a uma crise revolucionária aberta



Manifestação em Paris, 23 de Março de 2023

No Brasil, a luta por um governo dos trabalhadores

Prefácio à nova edição do *Programa de Transição* em língua árabe

Discussão preparatória da conferência internacional "pela reconstituição da IVª Internacional"

Há cinquenta anos: Chile, Setembro de 1973: o golpe de Estado de Pinochet



Índice

Notas Editoriais Página 3

Análises

- França: quatro meses de luta de classes Página 5
- No Brasil, a luta por um governo dos trabalhadores Página 12
- Prefácio à nova edição do *Programa de Transição* em língua árabe Página 20

Discussão

Discussão preparatória da conferência internacional “pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista” (3,4 e 5 de Novembro de 2023)

- Primeira discussão com militantes russos Página 22
- Discussão com Nnamdi Lumumba, militante operário negro dos Estados Unidos Página 26
- Uma contribuição da Alemanha Página 31
- Uma contribuição do Afeganistão Página 32

História

- Chile, Setembro de 1973: o golpe de Estado de Pinochet Página 38

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Neste início de Maio de 2023, a humanidade assiste, inquieta, aos preparativos de uma nova etapa do confronto militar iniciado há quatorze meses no Leste da Europa entre a Rússia e a NATO.

O ataque ao Kremlin por drone, a 2 de Maio – sejam quem forem os mandatários –, as destruições de reservas de combustíveis do exército russo na Crimeia e na região de Krasnodar e os bombardeamentos russos de Kherson anunciam as grandes ofensivas da primavera.

Do lado da NATO e do imperialismo americano, têm sido destacados meios militares gigantescos para conseguir que a ofensiva ucraniana “*chegue à vitória total*”. O secretário-geral da NATO enumerou-os no dia 27 de Abril: “os aliados e parceiros do grupo de contacto dirigido pelos Estados Unidos enviaram para a Ucrânia 230 carros de combate, 1.550 veículos blindados e quantidades significativas de munições, equivalentes a 98% do material prometido para equipar nove brigadas blindadas”. Ao que acrescerão os sistemas anti-aéreos, os aviões de combate, a formação de dezenas de milhares de militares ucranianos e a presença em solo ucraniano de, pelo menos, 100 militares das “forças especiais” americanas, britânicas e francesas, conforme revelaram os documentos “*top secret*” objecto de uma fuga de informação no ministério da defesa dos EUA. Do lado russo, o regime já não consegue mascarar a crise na cúpula. Resta-lhe a força para impor o reconhecimento das suas linhas de defesa, indispensável para os cem oligarcas multimilionários poderem continuar a saquear os imensos recursos do país. Contudo, o regime sabe que derrotas militares não lhe permitirão manter o tacão de ferro sobre o povo russo que lhe permite extrair a “carne para canhão” de que carece... daí o estado febril das cúpulas. Os quatorze meses de guerra têm comprovado tragicamente as leis do capital e a pertinência da análise de Lenin do que é o imperialismo, estágio supremo do capitalismo.

A guerra imperialista começada em Fevereiro de 2022 não se limita aos enfrentamentos militares na Ucrânia. Reflecte-se na militarização geral da sociedade, que provoca um salto das despesas militares no mundo: mais de 2 biliões (Brasil: trilhões – NdR) de dólares em 2022 (40% do total só os Estados Unidos), segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute* de finais de Abril.

Ela é, ainda, factor de desenvolvimento e agravamento de todos os conflitos que sangram os povos de todo o mundo, conforme reconhece *The Economist* (4 de Maio): “num mundo complexo, a guerra ganha terreno. Acesso ao poder e às riquezas, desafios climáticos, ingerências externas... a desordem planetária actual engendra conflitos de mais longa duração.”

Ela reveste, ainda, a forma de guerra económica e comercial, em que o imperialismo americano procura esmagar os seus concorrentes europeus e japoneses. Assim, o *Inflation Reduction Act* (IRA) de Biden, que privilegia as multinacionais americanas à força de subsídios de centenas de milhar de milhões

(Brasil: bilhões – NdT) de dólares, deixa meras migalhas às potências imperialistas da Europa e Japão. Petróleo, gás, energias “verdes”, semicondutores, armamento, cereais: nenhum mercado os concorrentes americanos lhes deixarão. Isto não quer dizer que tenha surgido um “super-imperialismo” capaz de superar todas as contradições. O acordo celebrado no início deste ano pela Rússia e pela Arábia Saudita contra Washington, no âmbito do Organização dos Países Produtores de Petróleo, assim como a reconciliação entre os sauditas e os iranianos sob a égide da diplomacia chinesa... mostram que o imperialismo americano não é todo-poderoso.

A guerra na Ucrânia é também o prelúdio de outra guerra: a que a administração Biden e o Estado-Maior americano abertamente preparam contra a China. A preparação dessa guerra decorre da necessidade vital do sistema capitalista em crise de franquear o acesso aos mercados e recursos que lhe escapam. Estão nesse caso a economia chinesa, em que continua a dominar a propriedade do Estado – determinando a necessidade, para Biden, representante de Wall Street, de rachar essa propriedade do Estado. Tal agressão seria um golpe contra o povo chinês e contra os trabalhadores de todo o mundo. Por isso, e sem com isso dar o mínimo apoio político à burocracia parasitária do PC Chinês, os trabalhadores terão de se colocar, sem hesitação, do lado do povo chinês contra a agressão imperialista. Guerra é, bem entendido, aquilo que todos os governos capitalistas metidos na guerra “no exterior” travam, sem tréguas, “no interior”, contra as suas próprias classes operárias. O vertiginoso aumento dos orçamentos militares, os lucros mirabolantes que se acumulam nos cofres da classe capitalista, o surto especulativo... requerem planos de inaudita brutalidade contra os trabalhadores, que esmaguem o valor da sua força de trabalho e as conquistas conseguidas pelas gerações anteriores.

Tudo isto é consequência da sobrevivência do regime falido assente na propriedade privada dos meios de produção, conforme escrevemos na carta de convite a uma conferência internacional, no início de Novembro de 2023, “*pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista*” (publicada no número 29 d’A *Internacional*).

Conforme este documento recorda, uma das causas da audácia dos governos capitalistas em arrastar a humanidade para um novo conflito mundial reside na união sagrada reinante, tanto nos países imperialistas como na Rússia, entre os dirigentes que se reclamam dos trabalhadores e os governos capitalistas.

Quando não estão directamente metidos na torre de comando dos governos fautores de guerra, os principais partidos de “esquerda” estão alinhados com a NATO (tal como os pseudo-partidos “comunistas” alinham com Putin na Rússia). Recusam obstinadamente romper com os seus próprios governos, com as suas próprias burguesias e, por conseguinte, com todas as medidas anti-operárias e

● NOTAS EDITORIAIS

>>> antidemocráticas que daí decorrem. Esta “união sagrada” não se limita aos grandes partidos e organizações. Arrasta igualmente toda uma série de correntes – algumas das quais, aliás, se reivindicam fraudulentamente do trotskismo e da IVª Internacional – que, de tanto desculparem os aparelhos a que se agarraram, acabam por acertar o passo com eles no apoio ao seu próprio governo e à sua própria burguesia. Assim, em França, quando Macron se prepara para pôr à votação uma Lei de Programação Militar (LPM) para 2024-30 orçada em 413 mil milhões (Brasil: 413 bilhões – NdT) de euros (aumento de 40%!), o deputado Jérôme Legavre, membro do grupo revisionista que provocou a cisão da IVª Internacional em 2015 (CCI/POI), acaba de apresentar emendas à LPM em conjunto com os seus colegas de *La France insoumise*. Uma das emendas reivindica, por exemplo, “redesenhar a curva dos aumentos de dotações previstos para a lei de programação” e “programar, logo na primeira anuidade, um aumento significativo de 7 mil milhões (Brasil: 7 bilhões) das verbas, para compensar a inflação.”*

Temos, então, um deputado que diz que é “trotskista” e “revolucionário”, cujo jornal diz que é “contra a guerra” e “contra a NATO” a propor à Assembleia Nacional aumentar o orçamento militar mais do que a própria proposta de Macron propõe!

Outra emenda assinada por Jérôme Legavre reivindica os fornecimentos de armas francesas à Ucrânia no âmbito da NATO, acrescentando: “Vão-se fazer estudos da aplicação de uma verdadeira estratégia global de cessão de armamentos. Tal como no conflito da Ucrânia, é de temer que a França venha de novo a ter de ceder equipamento. (...)”

Outra emenda de Legavre “aponta a hipocrisia do governo, ao falar constantemente de economia de guerra, mas sem se dotar seriamente de meios para isso.” Outra preza “o investimento de mais de 830 mil milhões (Brasil: 830 bilhões) de euros na facilidade europeia pela paz ou pela via de fornecimentos directos de material ao exército ucraniano.”

Outra emenda ainda reivindica o domínio colonial das últimas possessões francesas (Guadalupe, Martinica, Guiana, Reunião, Mayotte, Polinésia, Kanaky), referindo que “a redacção original (do projecto de lei – NdR) sugere uma oposição entre “território nacional” e “ultramar”. Sendo os territórios ultramarinos parte integrante do território nacional, substitua-se o termo “nacional” por “metropolitano”.”

Imagina-se, antes de 1962, um deputado da “extrema-esquerda” francesa a reivindicar a Argélia como “parte integrante do território nacional”? Será preciso continuar? Esclareça-se, porém, o seguinte: nada tem de surpreendente que *La France insoumise*, um movimento cuja orientação política é uma mistura de reformismo social-democrata e de “populismo” negacionista das fronteiras de classe, defenda uma política assim. Assinale-se, de passagem, que as emendas dos deputados do Partido “Comunista” e do Partido “Socialista” nada têm a invejar às da LFI.

Mas um deputado que ousa dizer-se “comunista

internacionalista” associar-se a “reivindicações” deste jaez é uma renúncia aos princípios mais elementares. É galgar um novo degrau na capitulação ao seu próprio imperialismo, exactamente quando milhões de trabalhadores e jovens em França se levantam para correr com Macron e a sua política.

Vê-se o mesmo que se viu em 1914: que a guerra imperialista baralha e volta a dar as cartas. Em oposição a estes pseudo-revolucionários da palavra, social-patriotas nos actos, há militantes, correntes e grupos de várias origens a procurar – em muitos casos, nas mais difíceis condições – defender uma posição operária internacionalista consequente.

É a esses camaradas que a carta de convite para a conferência internacional de Novembro de 2023 se dirige. Tanto mais que, em contradição com a marcha para a guerra, a situação mundial se caracteriza por uma intensa luta de classes, manifesta em todos os continentes. No coração da Europa, por exemplo, há guerra na Ucrânia; mas há também greves incessantes na Grã-Bretanha, greves de aviso na Alemanha, manifestações em Portugal, a revolta da juventude na Grécia e a luta de classes em França, que atingiu uma profundidade sem precedentes nas últimas décadas.

Para o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), tanto as ameaças de conflito mundial generalizado como as lutas de classes em andamento suscitam, com urgência, a necessidade de reagrupamento das forças da vanguarda revolucionária.

Por isso os militantes, grupos e organizações do CORQI em 31 países tomaram a iniciativa da conferência internacional do mês de Novembro. Como os nossos leitores lerão, nestas páginas, ao tomarem conhecimento dos primeiros intercâmbios e contribuições suscitados pela “carta de convite”, não nos interessa pôr o nosso programa e a nossa bandeira como condição para a discussão e acção comum. Não ignoramos as diferenças políticas nascidas da história do movimento operário e das suas crises. Não escondemos que, no que nos diz respeito, o Programa da IVª Internacional continua a ser um instrumento indispensável para a construção da Internacional Operária revolucionária de que os trabalhadores precisam para vencer.

É por isso mesmo que queremos fazer esta discussão e elaboração comum com todos os que não renunciam à necessidade de organização independente da classe trabalhadora, que não renunciam à luta pela ruptura com a burguesia, à luta histórica do proletariado pelo socialismo, que rejeitam a união sagrada atrás dos governos fautores de guerra. A todos esses, os militantes do CORQI propõem a abertura de uma discussão na mira de, em conjunto, se encontrarem caminhos e meios para avançar no agrupamento das forças da vanguarda revolucionária internacional.

5 de Maio de 2023

*Todas as emendas podem ser consultadas na página da Assembleia Nacional: https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/16/amendements?dossier_legislatif=DLR5L16N47509&examen=EXANR5L16PO59046B1033P0D1&auteur=P0800490

França: Quatro Meses de Luta de Classes

Uma primeira fase que prepara a passagem a uma crise pré-revolucionária

Imagens que deram a volta ao mundo: manifestações majestosas e greves maciças em França desde Janeiro, mas também a violência da repressão. Imagens que chamaram a atenção de militantes e trabalhadores do mundo inteiro. Este artigo não tem o propósito de percorrer em pormenor cada uma destas fases da mobilização, mas sim de delas deduzir os momentos mais fortes e as linhas fundamentais. Procuraremos, igualmente, esclarecer em que moldes a vanguarda interveio neste processo da luta de classes, o mais vasto e profundo que o país conheceu desde a greve geral de Maio de 1968.

OS MILITANTES DA secção francesa da IVª Internacional (TCI), que constroem o POID, tentaram sempre intervir, fazendo-o na base de alguns princípios:

– “Fundir-se e distinguir-se”, na fórmula de Lenin, querendo dizer que os militantes trotskistas fazem parte integrante e plena do combate da classe. Contribuem para a construção das organizações sindicais com os seus colegas de trabalho. Participam da organiza-



Paris, 7 de Março

ção das greves e das manifestações. Enquanto isso, também são capazes de trazer à colação um ponto de vista particular, em plena independência.

– Uma orientação sempre norteada por “*É aos trabalhadores que compete decidir*”. É a bússola que permite actuar na luta de classes de modo absolutamente independente dos aparelhos.

– A cada etapa, deduzir uma perspectiva política de conjunto e articulá-la com os desenvolvimentos concretos da situação.

– Por último, mas talvez em primeiro lugar – já que a contradição entre a política dos aparelhos de preservação do regime e o movimento da classe operária que os põe em causa escancara o problema da direcção revolucionária – construir e reforçar a secção

francesa da IVª Internacional, o POID e a FJR.

Preparativos

A TCI não foi apanhada desprevenida. Pelo contrário, tinha-se preparado. O 57º Congresso da secção francesa, que se reuniu em Dezembro de 2022, adoptou um apelo aos militantes, que dizia: “*As semanas que vêm vão dar lugar a uma prova de força. Macron e Borne lançam-se ao ataque dos sistemas de pensões preocupados que isso redunde numa explosão social. Mas fazem-no na mesma, porque têm de contas a prestar à sua classe, a classe capitalista. Esta exige que se roubem dezenas de milhar de milhões (Brasil: bilhões – NdT) de euros aos regimes de aposentação dos trabalhadores para pagar a*

● ANÁLISE

>>> *dívida aos grandes bancos, para permitir que os capitalistas afirmem lucros gigantescos para financiar a guerra.”*

O apelo referia ser “claro que uma greve interprofissional que as confederações convocassem unitariamente pela retirada da contra-reforma seria um respaldo para a mobilização. Mas os trabalhadores não podem ficar dependentes de um apelo das cúpulas (...). Em baixo, nas oficinas, nos serviços, os militantes trotskistas da IVª Internacional irão ajudar os trabalhadores a organizar eles próprios a sua luta de classe.”

Nos dias que se seguiram à realização do nosso congresso, deu-se um acontecimento na luta de classes: uma categoria de trabalhadores, os revisores da SNCF (*Société nationale des chemins de fer*), entrou em greve. O editorial de *La Tribune des travailleurs* fez a seguinte análise: “A particularidade deste movimento – descrita por um dos seus iniciadores neste número do jornal – é que resulta da decisão dos revisores de organizarem democraticamente a sua organização e orientação, de modo a unirem todos os colegas e organizações sindicais, sem nunca perder de vista que é a eles e só a eles que compete decidir.”

A força desta greve (90% de grevistas) nos últimos dias de 2022 espalhou o terror nas forças institucionais em presença. O governo e os seus representantes desfizeram-se em declarações a lamentarem-se de não terem os interlocutores habituais. As direcções sindicais temeram que o precedente animasse os trabalhadores de outras empresas a formarem os seus próprios órgãos de luta, definirem eles próprios o respectivo mandato e assegurarem o carácter democrático das decisões tomadas.

A direcção nacional da TCI de 7 de Janeiro de 2023 registou que “tanto para o governo como para os aparelhos, a obsessão, no decurso de todo o movimento dos ferroviários, era: como recuperar o controlo da situação? (...) Se-

gundo a imprensa, um dos principais receios de Macron era que a luta de classes enveredasse por caminhos que escapassem “ao controlo das direcções das organizações sindicais”.

No pólo oposto, para se preparar para intervir no conflito que estava a amadurecer em torno da questão das pensões (que irá servir de catalisador de toda a raiva que há meses, anos, se acumulava por causa da “gestão” da crise da Covid, da situação no ensino, nos hospitais, dos despedimentos, das condições de trabalho), a resolução da direcção nacional recorda a todos os militantes “o método desenvolvido por Trotsky a respeito dos comités de acção: “o caso não é que sejam uma representação democrática de toda e qualquer massa, mas uma representação revolucionária das massas em luta”.” A mesma resolução recorda que o Programa de Transição íntima as secções da IVª Internacional a “criar, sempre que for possível, organizações de luta autónomas que respondam melhor às tarefas da luta das massas, sem hesitar, se for preciso, em romper abertamente com o aparelho conservador dos sindicatos.”

19 de Janeiro: a classe operária entra em cena



No dia 19 de Janeiro, convocando as organizações sindicais uma jornada de luta contra a reforma das pensões, a classe tra-

balhadora surge em cena. A greve arrasta milhões de trabalhadores dos sectores público e privado. Milhões de pessoas manifestam-se em todo o país. O editorial de *La Tribune des travailleurs* (n.º 374) observa que: “Macron multiplica as provocações. Na mesma semana, anunciou 413 mil milhões de euros para a lei de programação militar (um aumento de 40% sobre a lei anterior) e 290 mil milhões de oferendas aos patrões para a “descarbonização”. (...) Se insistir, Macron irá transformar o que já é uma crise social numa crise de regime. Nas manifestações, ouve-se a interrogação: se Macron se recusar a retirar a reforma, que alternativa nos restará senão impor a saída do próprio Macron? (...) Tudo está concentrado na luta de classes. Uma jornada de greves e manifestações abalou o regime. A organização da greve de massas obrigá-lo-á a recuar ou a ir-se embora. (...)”

O mandato de 19 de Janeiro é claro: retirada total do plano Macron-Borne! Respeitar este mandato põe a questão da greve geral. Se o governo persistir, terão as confederações sindicais que convocaram o dia 19, para o levar a ceder, outra opção a não ser apelar, em unidade, a paralisar o país?”

A profundidade da mobilização da classe operária, abrangendo todas as camadas, todos os sectores, todas as cidades, grandes como pequenas, é tal, que toda a situação muda.

A formação de uma intersindical com todas as confederações sindicais aparece aos olhos dos trabalhadores, numa primeira fase da mobilização, como uma alavanca, dado que parecia concretizar-se a unidade na cúpula.

No entanto, é preciso notar que a organização que ocupou lugar central nesta intersindical, que, durante três meses, falará a uma só voz, foi a central de origem cristã, a CFDT. Amplas camadas de trabalhadores não esquecem que a CFDT é conhecida por, nos conflitos anteriores por causa das pensões, ter pactuado com os governos.

A força da greve de 19 de Janeiro fez com que a intersindical exigisse a retirada do projecto de lei, coisa que não fizera no seu primeiro apelo. A adopção de tal posição pode parecer óbvia, mas estava longe de o ser. Nos conflitos anteriores, aconteceu ser necessária uma batalha demorada dentro das organizações sindicais para a palavra de ordem de “retirada” se impor (e, mesmo assim, só em parte).

Neste mês de Janeiro de 2023, na sua vontade de manter o controlo do movimento, a intersindical não pode deixar de propor a palavra de ordem de “retirada” e de convocar de imediato uma nova jornada de luta, para 31 de Janeiro.

Note-se que, nesta primeira grande jornada de 19, os militantes do POID venderam, nos cortejos das manifestações, 1.498 exemplares de *La Tribune des travailleurs*, que titulava, na primeira página: “*Projecto Macron-Borne contra as pensões: não se emenda nem se negocia. Retirada!*” Uma nota da TCI datada de 21 de Janeiro regista: “*Assim afirmámos a independência da IVª Internacional; militantes operários que somos, participantes no movimento da nossa classe, respeitamos a unidade da classe e, portanto, a sua disciplina, respeitamos as decisões tomadas em comum por assembleias de grevistas ou assembleias sindicais no âmbito da democracia operária, mesmo quando ficamos em minoria, desde*

que possamos defender o nosso ponto de vista. Em contrapartida, não aceitamos a disciplina da política das direcções.”

Tentativas de dispersão...

Há dirigentes sindicais e políticos que tentam desviar o movimento para um debate do teor “*é possível outra reforma das pensões.*” O editorial de *La Tribune des travailleurs* (nº 373) adverte contra o perigo de dispersão. Polemiza com Fabien Roussel, secretário nacional do Partido Comunista Francês, que, à pergunta dum jornalista se “*vocês, então, exigem a retirada da reforma?*”,



responde que “*sim, mas também não queremos o statu quo. Queremos uma reforma que traga enfim progressos...*”

La Tribune des travailleurs comenta: “*Sim, mas...?! “Sim” bastava. O “mas” está a mais. (...) Hoje o governo está ao ataque. Hoje, os trabalhadores, unidos com as suas organizações, têm o direito e o dever de se defenderem. É esse o objectivo da greve e da organização da greve pelos próprios trabalhadores, para impor a retirada.*

Repelir hoje a agressão de Macron e Borne é condição para amanhã poder partir à conquista (ou reconquista) de outros direitos. Consigam os trabalhadores impor

a retirada, que logo sentirão confiança para ir mais longe. (...) Hoje é preciso conseguir a retirada. Se, em vez disso, Fabien Roussel se põe a fazer campanha pela sua “reforma boa” e pelo seu projecto de referendo, ao passo que Berger defende o “seu” projecto de reforma sistémica (vizinho do de Macron de 2019-20) e Bompard apresenta as emendas da LFI ao projecto Macron-Borne... o resultado é a dispersão. Ora, dispersar a vontade comum é enfraquecê-la. A prazo, é dividi-la. Stop! Nada pode desviar os trabalhadores do objectivo do momento. Que a mobilização unida imponha a retirada, logo essa primeira vitória de vulto há-de abrir caminho a outras batalhas e, de certeza, a outros êxitos.”

No momento em que as organizações sindicais são levadas a voltar a apelar a jornadas de luta, os dirigentes das formações políticas historicamente saídas do movimento operário tentam canalizar a mobilização para o quadro da Assembleia Nacional. Ao fazê-lo, estão a responder a um pedido de ajuda de Macron, que propõe que “*o governo possa, com os parlamentares (...), trabalhar o texto e arranjar-lo*”. Tosca manha. As instituições da Vª República, paridas por um golpe de Estado militar em 1958, com De Gaulle, instauraram um regime em que o Parlamento não tem poder real nenhum. Tudo vem do Presidente-Bonaparte. Há artigos, na Constituição, que lhe permitem fazer passar a sua lei aconteça o que acontecer na Assembleia Nacional. Explica o editorial de *La Tribune des travailleurs* (nº 374): “*Está tudo concentrado na luta de classes. Uma jornada de greve e de manifestações abalou o regime. Organizando a greve de massas, ele será obrigado a recuar. Ou a ir-se embora. Os deputados de “esquerda” que apoiam a mobilização dos trabalhadores e dos jovens fariam bem em não cair na esparrela que Macron lhes está a armar. “Emendar” este projecto só serviria para dar um verniz de democracia ao que é um golpe de força. Por isso, por solidariedade com os grevistas*



● ANÁLISE

>>> *e com os manifestantes, os deputados da Nupes deviam desistir da ideia. E recusarem-se, simplesmente, a tomar assento na Assembleia enquanto o governo não ceder.”*

Nas semanas que se seguirão, o movimento prático de milhões de trabalhadores varre as tentativas de dispersão. A exigência de retirada pura e simples impõe-se.

...afastadas pela mobilização de massas

Se bem que muitos trabalhadores se interrogassem sobre a demora entre as duas datas de 19 e 31 de Janeiro, nem por isso a mobilização deixa de se aprofundar. A 31 de Janeiro, as manifestações ainda são em maior número, apoiadas no crescente sentimento de força: *“Nas assembleias, os trabalhadores discutem: que meios usar para conseguir ganhar? Reconduzir a greve, constituir um comité de organização, criar caixas de greve? Os trabalhadores organizam sozinhos a mobilização. No entanto, as confederações sindicais não podem escapar às suas responsabilidades. Constituíram, e muito bem, uma frente unida, fazendo com que, no dia 31 de Janeiro, milhões de trabalhadores e jovens, em maior número do que a 19 de Janeiro, entrassem em greve e se manifestassem (...). Face à intransigência alardeada pelo governo, é responsabilidade delas colocar na ordem do dia a organização da greve total.”* escreve o editorial de *La Tribune des travailleurs* (nº 375).

No dia 31 de Janeiro à tarde, o POID sai com um panfleto: *“Ninguém espera coisa nenhuma dos debates na Assembleia Nacional. São só para dar a impressão de estarmos em democracia. Mas toda a gente sabe que a Constituição dá meios a Macron para fazer passar o seu projecto, mesmo sem maioria, mesmo sem votação. Não, não vai ser na Assembleia Nacional que se vai obrigar o governo a recuar. (...) O poderio dos milhões de grevistas e manifestantes de 31 de Janeiro*

conferiu um mandato às confederações: pôr na ordem do dia a organização da greve total unida que obrigue Macron a recuar. E, se não recuar, a ir-se embora e levar a reforma com ele.”

“O movimento pelo qual, na base, se prepara a paralisação do país”

O enraizamento do movimento faz com que, uma vez mais, os dirigentes convoquem nova jornada de luta para 11 de Fevereiro. É um sábado. Tentativa, pois, de desligar a mobilização contra as reformas das aposentações do terreno da luta de classes directa, do terreno da greve. Mas a cólera é tal, que, no dia 11 de Fevereiro, mais uma vez, milhões invadem as ruas em todas as cidades, vilas e aldeias de França.



Nesse dia, a intersindical anuncia apelar à *“paralisação do país”* no dia 7 de Março. Não sendo 11 de Fevereiro dia de greve, o POID participou nas manifestações como partido. No fim da manifestação de Paris, o secretário nacional, Daniel Gluckstein, usa da palavra: *“Esta manhã, a intersindical, reunindo as oito organizações sindicais, comunicou, de maneira unitária, que, ante a obstinação do governo, “chamariam os trabalhadores e trabalhadoras, jovens e reformados, a ‘endurecer o movimento,*

paralisando a França em todos os sectores, no próximo dia 7 de Março’. O comunicado ‘apela ao governo para que retire o seu projecto de lei’. *O que é certo é que, se as direcções das confederações sindicais unidas chegaram a esta conclusão e a esta posição, foi em resposta à força do movimento que, há semanas e semanas, não pára de surgir de baixo a exigir a retirada. Então, sim, de certeza que paralisar o país no dia 7 de Março é criar condições para obrigar o governo a recuar. Paralisar o país nos dias 7, 8 e 9, o tempo que for preciso para obrigar o governo a retirar a reforma, é a resposta à situação.*

Paralisar o país no dia 7 de Março começa logo nas reuniões que estão a decorrer nas oficinas, nos serviços, nas escolas, nos liceus, nas universidades. Nestas reuniões, trabalhadores e jovens, com as organizações, estão a elaborar meios para preparar a paralisação do país no dia 7 de Março. São os comités de organização da greve, os comités de mobilização, as caixas de greve, as assembleias de delegados, com mandato e reivindicações. O movimento pelo qual, na base, se prepara a mobilização do país, convergindo com a proposta vinda da cúpula das organizações.”

Entrementes, desenrola-se na Assembleia Nacional algo que só se poderá descrever como uma *“fita”*. Os deputados da LFI desfazem-se em intervenções, emendas, obstrução.

A crise ataca os partidos da burguesia. O editorial de *La Tribune des travailleurs* de 1 de Março salienta que *“dos dois lados da barreira de classe, as forças rearrumam-se. Os partidos tradicionais da direita estão numa azáfama para chegar a um acordo com Macron (...). Apoiam-nos os chefes do patronato que, se bem que favoráveis às medidas, se preocupam com uma possível crise social que escape a todo e qualquer controlo. Quanto aos senadores da Nupes, oficialmente adversários do projecto Macron-Borne, prometem agir “responsavelmente”, no*

zelo de não destabilizar as instituições de uma Vª República cada vez mais impopular.”

Durante um mês, os militantes trotskistas intervirão em função da sua implantação e das possibilidades concretas de ajudar a construir comités de preparação para a greve e incentivar todas as formas de organização autónoma das massas.

La Tribune des travailleurs (nº 386) coligirá algumas destas iniciativas, ilustrando a luta pela constituição de comités de preparação para a greve, de comités de greve. As situações são variadas. Por vezes, a iniciativa apoia-se na posição de um sindicato da CGT, às vezes da FO. Pode partir também de um grupo de trabalhadores. Ocorre em empresas variadas: a EDF, liceus, hospitais, empregados das autarquias, transportes aéreos; ou tem carácter interprofissional. Ocorrem nos quatro cantos do país. Todas se constituem, contudo, com uma preocupação: é aos trabalhadores que compete decidir e controlar o seu movimento. Em cada uma delas, é num só movimento que os trabalhadores, ao assumirem as suas responsabilidades na organização da greve, se dirigem aos dirigentes para eles assumirem as deles, apelando à greve geral.

7 de Março: um dia histórico

No dia 7 de Março, milhões de manifestantes desfilam em todas as cidades. O editorial de *La Tribune des travailleurs* (nº 380) afirma que: “à noite, num 7 de Março histórico, o país vê-se numa situação inédita: com a reforma das pensões, Macron rompe o frágil equilíbrio entre as classes em que assenta a democracia política. O governo insiste em manter uma reforma rejeitada por uma ampla maioria da população, ao ponto de duas em cada três pessoas interrogadas considerarem legítimo paralisar o país. Sendo assim, haverá, para obrigá-los a recuar, outra solução a não ser a greve geral?”

A necessidade da greve geral é o foco das discussões das assembleias de trabalhadores; em muitos sectores, eles, com os seus sindicatos, metem-se ao caminho, criando caixas de greve, elegendo comités de greve. O movimento “na base” ganharia mais potência e eficácia se se pudesse apoiar num apelo claro à greve geral lançado “na cúpula” pelos dirigentes das confederações sindicais (...). Os dirigentes do partido da Nupes dizem que apoiam a mobilização da classe trabalhadora e da juventude. Mostrem-no então! Rompam com Macron, levantem-se dos assentos da Assembleia Nacional e do Senado e não voltem a sentar-se lá enquanto o projecto não for retirado (...). Mostrem-no, proclamando publicamente que estão prontos a formar de imediato um governo de ruptura, cuja primeira decisão seja, como manda a democracia, retirar a reforma.”



Está em causa a responsabilidade dos dirigentes

Em 10 de Março, o POID distribui um panfleto que diz “Para obrigar Macron a ceder, só há uma maneira: que a intersindical apele à greve geral”. Inicia-se então um debate nas organizações e na classe trabalhadora sobre a perspectiva da greve geral. Muitas AGs pronunciam-se nesse sentido.

Todos sentem que o governo se prepara para passar à força. Há responsáveis sindicais que não escondem que, para eles, a manifestação convocada para 15 de Março tem que ser a última. Já entre os trabalhadores cresce outro sentimento: “Face à provocação de Macron, ao fim de seis dias de greve e de manifestações, depois de milhões terem feito greve em todos os sectores, é impossível ficarmos por aqui! É impensável deixar passar a reforma sem fazer tudo para a impedir! Para obrigar Macron a ceder, que mais se pode fazer senão a greve geral? Não é responsabilidade das direcções das organizações sindicais abrir essa perspectiva?” Obviamente que nada é simples. Entre os trabalhadores e nas organizações, há debates, como é natural.

É o momento escolhido para os revisionistas da CCI intervirem como flanqueadores dos aparelhos, opondo-se com violência a fórmulas de greve geral. Nem sequer se podem pronunciar tais palavras. Chegam a denunciar os militantes que se pronunciam pela greve geral por “fazerem o jogo de Macron”.

Durante o mês de Março, multiplicam-se as jornadas de luta. Número crescente de trabalhadores considera que estão a querer empurrá-los para aquilo a que se costuma chamar as “jornadas de luta salta-pocinhas” (separadas, mas repetidas), que, no passado, serviram para desgastar as forças e a combatividade dos trabalhadores.

A viragem de 16 de Março

A 16 de Março, Macron impõe a adopção da reforma das pensões sem votação. Recorre, para tal, a um artigo da Constituição antidemocrática da Vª República, o nº 3 do artigo 49º, que permite adotar uma lei sem votação se não houver uma moção de censura que derrube o governo.

Logo que se sabe do anúncio, milhares e milhares de trabalhadores e jovens convergem para

● ANÁLISE

>>> Paris em direcção à Assembleia Nacional, e, na província, das prefeituras. Jorram palavras de ordem contra o nº 3 do art 49º e a Vª República. O movimento ganha profundidade, desafiando directamente o regime. Este dia 16 de Março marca uma viragem. Os dirigentes das organizações sindicais estão ausentes das concentrações em que os jovens e trabalhadores se juntam espontaneamente. Macron passou à força; agora, larga a repressão. Nessa noite, a polícia usa gás, matraqueia, prende. Começa um período de crescendo da violência policial.



Longe de denunciar as instituições da Vª República, os dirigentes das organizações sindicais apelam para a sabedoria do Conselho Constitucional, outra instituição da Vª República. Durante o mês de Março, multiplicam-se as jornadas de luta. A 14 de Abril, para surpresa de ninguém, o Conselho Constitucional avaliza a lei.

O executivo nacional do POID, reunido no dia seguinte, publica uma declaração: “Neste dia 14 de Abril, o Conselho Constitucional validou a contra-reforma das aposentações de Macron. Aproveitando o balanço, Macron correu a promulgá-la, apesar da sua rejeição pela imensa maioria do país. Assim vai a “democracia” no regime da Vª República, monarquia sem coroa em que o presidente concentra

nas suas mãos todos os poderes. (...) Mais cedo ou mais tarde, vai ser preciso estabelecer a verdadeira democracia. Fá-lo-á o próprio povo, correndo com a Vª República e designando os seus representantes a uma Assembleia Constituinte que decida como há-de ser uma república autenticamente democrática e social.”

Prossegue a declaração: “A contra-reforma está promulgada. Mas nem por isso desaparecem os milhões de trabalhadores e jovens que têm feito greve e desfilado em manifestações nos últimos três meses (...) Abre-se uma nova fase da luta de classes. Esta fase alimenta-se das lições do primeiro período: Em muitas empresas, os trabalhadores construíram comités de organização da greve (...). Os trabalhadores e os jovens adquiriram confiança nas suas forças. Em todas as manifestações se ouviu o clamor: “Macron, demissão!”, “Abaixo o 49º-3º”

A situação leva o POID a pronunciar-se por “um governo sem Macron, sem guerra, sem patrões” e a lançar uma campanha de massas à volta de um apelo “Fora Macron mais a sua reforma das aposentações e a sua lei de programação militar!” e preparando um comício europeu central para o dia 4 de Junho.

A marcha para a crise revolucionária



O plenário da direcção da TCI, reunido no dia 16 de Abril, adoptou uma resolução que resume a apreciação da primeira fase da mobilização: “Esta fase da luta de classes desembocou desde já na maturação política, na politização que permitiu que, no período mais recente, uma maioria da população, particularmente da classe trabalhadora, se pronunciasse pela queda do governo e pelo fim das instituições. A comparação da Vª República com a monarquia, a referência à Revolução Francesa e à decapitação do rei; as palavras de ordem de “revolução” e “Macron, demissão!”; o questionamento das instituições a todos os níveis conferiram a esta primeira fase da luta de classes que agora se conclui um conteúdo abertamente pautado pela revolução. O imperialismo francês sai particularmente enfraquecido desta primeira fase da luta de classes. Num contexto internacional marcado pela marcha para a guerra puxada pelo imperialismo americano, que se debate também ele com as maiores contradições; num contexto internacional marcado por se verem algumas alianças a desfazerem-se segundo novas linhas de clivagem; num contexto em que ganha a cada dia contornos mais claros a ameaça da generalização da guerra imperialista, fruto das contradições inerentes ao sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção; o imperialismo é, mais do que nunca, a época das guerras e das revoluções. Tal é o contexto em que se enquadra a marcha para a crise revolucionária no nosso país. Mais de três meses de uma luta de classes intensa criaram uma situação pré-revolucionária em que a crise revolucionária aflora. A Vª República está moribunda. Os mais de três meses desta primeira fase da luta de classes foram o palco da afirmação do poderio da classe operária. Inédita, a demonstração pelos institutos de sondagens de que a população, mais de 80% dela, considera a luta de classes uma evidência, considerando mesmo 50% que o recurso à vio-

lência para impor a retirada da contra-reforma de Macron seria legítimo (...). Conclui-se uma primeira fase. Ela prepara a etapa seguinte, a da passagem de uma situação pré-revolucionária a uma crise revolucionária aberta. Se tal passagem ainda não se deu durante os três meses transactos da luta de classes, foi fundamentalmente devido à política dos aparelhos que ocupam as cúpulas do movimento operário. Em todas as circunstâncias, eles dedicaram-se a conter o movimento da classe nas baías da defesa do Estado burguês. Era preciso salvar Macron e a Vª República, custasse o que custasse. Por isso todos eles mantiveram a disciplina no âmbito de uma intersindical dirigida pela

CFDT, cuja natureza é zelar pela defesa da ordem burguesa.(...) Ao longo de todos estes três meses de mobilização, todas as componentes dos aparelhos intervieram no sentido de salvar a Vª República. Até ao último momento, convidaram os militantes e os trabalhadores a porem as suas esperanças nas decisões do Conselho Constitucional, instituição da Vª República. E, depois de o Conselho Constitucional ter decidido, dirigiram-se, vergonhosamente, a Macron, suplicando-lhe que não promulgasse a lei, coisa que ele correu a fazer nas primeiras horas. E, de novo, se dirigiram eles a Macron para, desta feita, lhe pedir que não pusesse em aplicação a lei promulgada. No plano político, os

dirigentes do PCF, da LFI e do PS há meses que não param de fazer o que podem para não sair do quadro institucional, repetindo que a legitimidade de Macron está fora de questão. (...) A classe trabalhadora não sofreu uma derrota. Com ritmos e em moldes que não é possível prever, ela vai-se ver confrontada, está já a ser confrontada, com uma nova fase da ofensiva da classe capitalista e do governo. O desmoronamento do regime da Vª República pode ocorrer de repente ou mais devagar; mas, um pouco mais cedo ou um pouco mais tarde, a crise revolucionária aberta está diante de nós.”

Artigo baseado nos nossos documentos, 28 de Abril de 2023

A juventude ao lado da classe trabalhadora

Uma das marcas destes três meses foi o surto da juventude, em condições inéditas, no interior da mobilização operária. Não foi só que centenas de milhar de jovens tivessem participado nas manifestações, fizeram-no com consciência crescente do que se jogava. A questão da aposentação, que poderá não parecer factor de mobilização dos jovens, foi, bem pelo contrário, agarrada e compreendida por camadas extremamente

jovens de estudantes liceais ou de escolas técnicas, que fizeram a ligação entre a ameaça para os seus pais, ao tornarem-se eles próprios adultos, e as questões com que eles se confrontam, particularmente a da militarização.

O governo Macron, que organiza a guerra no exterior, lançou, com efeito, uma ofensiva de arregimentação da juventude, preparando-se para instaurar um Serviço Nacional Universal (SNU) obri-

gatório.

Todos os jovens de 15 a 17 anos ficariam obrigados a ir fazer estágios no exército em vez da sua formação escolar e, além da arregimentação militar, a serem explorados em associações ou administrações.

A Federação dps Jovens Revolucionários (FJR) está organizando uma vasta campanha de assinaturas e organização contra o SNU obrigatório.

Referências

A lei Macron passa a idade legal da aposentação de 62 para 64 anos, aumenta para 43 o número de anuidades necessário para receber uma pensão por inteiro e põe em causa os regimes especiais de que beneficiam os

trabalhadores de vários sectores (EDF, Engie, RATP).

La France insoumise (França Insubmissa, LFI) é um grupo composto por responsáveis de origens, mais ou menos longínquas, em partidos do movimento

operário.

A “*Nouvelle union populaire écologique et socialiste*” (Nova União Popular Ecológica e Socialista, Nupes) é uma coligação que junta LFI, PCF, PS e um partido ecologista, o EELV.

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

● ANÁLISE

No Brasil, a Luta por um Governo dos Trabalhadores

Estas notas sobre o governo Lula e a situação brasileira objetivam contribuir para a informação e a reflexão dos militantes e leitores desta revista em vários países.

HÁ MAIS DE TRÊS meses que Lula, do PT, detém a presidência do Brasil. Sua importante vitória eleitoral sobre Bolsonaro – candidato de ultradireita e comparsa de Trump – gerou expectativas e sabemos que seu mandato é acompanhado com atenção por trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo.

Nosso ponto de partida para considerar o atual momento do governo e a situação política do país é a declaração dos militantes do CORQI pelo voto em Lula⁽¹⁾.

Mas, antes de entrarmos na conjuntura nacional propriamente dita, julgamos conveniente tratar de um assunto mais abrangente, ou seja, o comportamento do governo Lula diante da guerra na Ucrânia.

Lula declarou, em 7 de abril, à revista Carta Capital:

“O presidente Putin não toma a iniciativa de parar. O Zelensky não toma a iniciativa de parar. A Europa e os Estados Unidos terminam dando contribuição à continuidade dessa guerra. Acho que nós temos que sentar numa mesa e dizer chega, vamos conversar”.

Essa maneira de colocar a questão, como se a guerra fosse um duelo entre dois seres superpoderosos e decididos a derrotar pessoalmente um ao outro, embora aparentemente ingênua, tem uma utilidade política a quem encabeça um governo de “união



Manifestação de estudantes do secundário em Florianópolis (Santa Catarina), no dia 19 de Abril, pela revogação da reforma do ensino médio

nacional” com setores importantes do mercado financeiro e empresarial: omite da classe trabalhadora e da juventude os interesses econômicos capitalistas que envolvem as disputas bélicas entre os contendores.

Em recente viagem à China, Lula soltou o verbo contra os EUA e a União Europeia:

“É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz. É preciso que a União Europeia comece a falar em paz pra que a gente possa vencer o Putin e o Zelensky de que a paz interessa a todo mundo e a guerra só tá inter-

essando, por enquanto, aos dois”.

A guerra só está “interessando, por enquanto, aos dois”? A indústria bélica, em particular a dos Estados Unidos, está acumulando lucros estupendos com essa guerra. A indústria de gás liquefeito também. A “economia de guerra” está servindo de pretexto para governos investirem profundamente contra os direitos dos trabalhadores e o desmonte dos serviços públicos. Isso acontece também na Rússia, onde Putin ataca brutalmente o direito de greve e de manifestação, beneficiando assim a exploração do trabalho por uma casta de mafiosos usurpadores das estruturas estatais da ex-URSS.

E “a paz interessa a todo mundo”?

No editorial da Revista *A Internacional* número 28, intitulado “A Atualidade do Manifesto de Alarme de Maio de 1940”, Daniel Gluckstein escrevia:

“A raiz desta guerra é realmente, pois, o regime da propriedade privada dos meios de produção uma vez chegado a um estágio em que deixou de ser capaz de valorizar a totalidade do capital – de gerar, portanto, lucros suficientes – simplesmente pela exploração clássica da força de trabalho, devendo passar a recorrer à pilhagem, à destruição sistemática de tudo o que se oponha ao seu direito ao lucro, a começar pelas forças produtivas, consideradas excedentárias”.

Lula dá uma no cravo e outra na ferradura. Dias depois de criticar os EUA e a União Europeia e receber o chanceler russo Sergey Lavrov, declarou em discurso de recepção ao presidente da Romênia, Klaus Werner Iohannis, reafirmando o voto do Brasil na Assembleia Geral da ONU condenando a Rússia:

“Ao mesmo tempo em que meu governo condena a violação da integridade territorial da Ucrânia, defendemos uma solução política e negociada para o conflito” (Diário de Pernambuco).

O presidente romeno foi enfático: “A comunidade internacional deve dar todo apoio à Ucrânia para vencer a agressão russa”.

Ao final do encontro, os governos de Lula e Iohannis se comprometeram com intensificar o comércio agrícola e de defesa, estabelecendo cooperação científica e tecnológica e oportunidades de negócios entre a Embraer (fabricante de avião) e empresas do setor aeroespacial romeno.

O agronegócio brasileiro consome 8% de toda a produção mundial de fertilizantes. 85% destes fertilizantes são importados, a grande maioria da Rússia. Além disso, o Brasil importa gás natural e outros insumos da Rússia.

O agronegócio representou 47,6% de tudo que o Brasil expor-

tou em 2022 e 24,8% do PIB nacional. A guerra contraditoriamente aumentou o custo dos insumos, mas, ampliou mercados compradores antes atendidos pela Ucrânia.

A indústria bélica brasileira é a 23ª no ranking mundial e era responsável, em 2021, por 4,46% do PIB.

É dentro deste quadro contraditório de interesses comerciais que Lula e seu governo de “união nacional” tentam se equilibrar e produzindo posições oscilantes. Não pode denunciar diante da classe trabalhadora brasileira que essa guerra é uma guerra imperialista por parte da OTAN e de defesa dos interesses mafiosos capitalistas pelo lado de Putin e os oligarcas russos, porque isso significaria romper sua aliança de governo. Tampouco, neste momento, seguindo a encruzilhada da burguesia nacional de um país semicolonial e dependente do mercado mundial, não tem outra opção senão ser ativo pela paz de uma maneira a que a ideia de neutralidade não o isole dos parceiros comerciais que estão dos dois lados do contencioso.

No Brasil, a classe trabalhadora não sente, ao menos por agora, tão aparentemente os efeitos nocivos da guerra e isso faz com que Lula trate tranquilamente o tema como um assunto diplomático, muito embora o cerco dos EUA e da OTAN venha se acentuando e Lula esteja sendo convocado a decidir-se por um dos lados.

Apesar de o país não ser membro da OTAN e não ter obrigações com suas metas, no dia 11 de abril, durante a maior feira do setor bélico da América Latina, o atual ministro da Defesa, José Múcio, defendeu publicamente o aumento do orçamento militar dos atuais 1,3% do PIB para 2% e a compra de mais aviões de caças suecos. Esse objetivo de chegar a 2% do PIB mostra uma sintonia com as diretrizes da OTAN.

Nas principais organizações de trabalhadores o tema da guerra está praticamente interdito e quando há posicionamento é o de

genericamente defender a paz, acompanhando a posição do governo. Afinal de contas, quem se pronunciaria contra a paz? Nas chamadas correntes de esquerda há posições para todos tipos, algumas alinhadas à Putin contra o imperialismo dos Estados Unidos, outras ao lado da Ucrânia contra o invasor russo.

Por exemplo, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), organização morenista, tem uma clara posição que se confunde com os interesses da OTAN:

“Exigimos do governo Lula a mudança de posição de neutralidade que só beneficia o ditador russo, para um apoio ativo à resistência ucraniana com entrega de armas e um posicionamento público em favor da retirada imediata das tropas russas de todo o território ucraniano, além do pagamento de reparações para o povo ucraniano”. (<https://www.pstu.org.br/lula-repete-bolsonaro-eveta-municao-para-ucrania/>)

O mesmo PSTU, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, defende que Lula impeça a venda de uma grande empresa privada do setor bélico, a Avibras (fabricante de mísseis, lançadores de foguetes, veículos blindados, bombas inteligentes, etc), desativada há um ano, para uma empresa alemã ou dos Emirados Árabes. A exigência é a da estatização da fábrica e recontração dos demitidos, o que é correto. O problema é que o sindicato não defende a reconversão da empresa para outras finalidades produtivas e sim que ela se mantenha como indústria armamentista. O pior é alegação para isso: “(...) um setor estratégico para a soberania nacional, sobretudo em uma situação de escalada dos conflitos com a guerra entre Rússia e Ucrânia”.

Pode-se entender que essa guerra cria oportunidades de negócios para a indústria armamentista nacional, assim como interpretar que numa eventual guerra mundial a classe trabalhadora brasileira deve estar preparada para participar do con-

● ANÁLISE

>>> flito imperialista de algum lado.

Como se vê, uma política de submissão ao capitalismo mundial por parte de Lula e do PT nesta questão da guerra, tem criado uma enorme falta de consciência e atrelado até aqui – mesmo que passivamente – os trabalhadores brasileiros ao campo da guerra imperialista.

Nós, militantes do CORQI, temos procurado difundir no movimento dos trabalhadores e dos jovens – de acordo com nossas possibilidades – uma posição de princípio contida na Declaração do Encontro Internacional de Urgência contra a Guerra, de 3 de abril de 2022, da qual somos signatários e destacamos este trecho: “(...) *não podemos ignorar que as grandes potências capitalistas – e, à cabeça, a administração norte-americana de Biden, a União Europeia e os países capitalistas que a compõem, mormente a Alemanha e a França e, ainda, a Grã-Bretanha – tudo ontem fizeram para provocar o conflito e tudo hoje fazem para atirá-lo. A NATO abarrotava a fronteira russa de dezenas de milhares de tropas, reforçando efectivos semana após semana. A NATO e os países que a constituem fornecem à Ucrânia sobre-armamento permanente, bem como um autêntico escudo aéreo na sua fronteira. A NATO, os Estados Unidos e a União Europeia são, na prática, co-beligerantes. Temos, pois, que combinar a palavra de ordem de “retirada das tropas russas” com a exigência de “retirada das tropas americanas e da NATO da Europa” e de “retirada de todas as tropas de ocu-*

pação estrangeiras de todos os países do mundo”, de “cessação de todas as intervenções imperialistas e neocolonialistas”, de “anulação das sanções” e de “dissolução da NATO”.

O roteiro de viagem do governo Lula

Se tivéssemos que fazer uma analogia entre a orientação política do governo de Lula, liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), e outro governo no mundo, diríamos que neste momento, guardadas as especificidades de cada estado, há muita semelhança com o governo de Pedro Sánchez, do PSOE, na Espanha. Aliás, o próprio Pedro Sánchez participou de eventos da campanha de Lula. Foi usado como exemplo de deveriam ser tratados certos temas numa provável vitória eleitoral do candidato do PT, entre eles, a reforma trabalhista, que no Brasil sob Bolsonaro, assim como na Espanha conduzida por Rajoy, abriram às portas para o aumento exponencial da precarização e da informalidade. Pedro Sánchez, apesar do apelo dos sindicatos e dos trabalhadores, apenas retocou um ou outro aspecto da reforma de Rajoy, preservando o essencial. Lula pretende fazer isso caso cutucado pela mobilização dos trabalhadores. Embora, até o momento, nem o governo e tampouco as centrais sindicais colocaram a revogação da reforma trabalhista de Bolsonaro em suas agendas. Para o 1º de maio deste ano, promovido pelas centrais sindicais, essa questão aparece genericamente

sobre a palavra de ordem de “revogação dos marcos regressivos da legislação trabalhista”, o que desconsidera que toda a reforma trabalhista aprovada no Congresso Nacional por Bolsonaro seja regressiva.

É bom lembrar que o imperialismo preparou a destituição da presidente Dilma Roussef, do PT, em 2016, para remover um obstáculo político visando com isso acelerar acentuadamente uma agenda de reformas (na verdade contrarreformas) que ganharam urgência pelos reflexos da crise internacional do sistema capitalista de 2008. Nos dois anos do governo Temer (vice de Dilma e golpista de primeira hora!) e quatro anos de Bolsonaro, essa agenda caminhou acentuadamente, mesmo se, pela resistência da luta de trabalhadores e jovens, não tenha ido até onde o capital financeiro imaginava chegar. Foram aprovadas as reformas trabalhista e previdenciária. Foi imposto um teto de gasto com serviços públicos para assegurar dinheiro para o pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros. Avançou a privatização de setores importantes da companhia estatal de petróleo (Petrobras), assim como na eletricidade. Também foi aprovado o “Novo Ensino Médio” que desmonta a escola pública, diminui a necessidade de contratação de professores, promove a evasão escolar e privatiza seus conteúdos através das plataformas de ensino à distância. O Banco Central tornou-se independente do governo e diretamente controlado pelos banqueiros.

A rota traçada pelo governo Lula, um governo de frente ampla (ou seja, de unidade nacional) supõe uma linha vermelha, intransponível: não mexer no essencial das reformas estruturais avançadas pelo grande capital depois do golpe institucional de 2016 contra Dilma Roussef. É o que na alta política tem sido chamada de “alternância de poder”: um tempo governa a direita e aprofunda os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e da população, depois, se esse ciclo se esgota pela luta das massas, vem a “esquerda”





para normatizar e acomodar o que foi roubado do povo, corrigindo, no máximo, alguns “excessos”, mas nunca colocando em questão as medidas correspondentes aos avanços da acumulação de lucros do capital.

O governo Lula tem em sua composição ministerial – como minoria - membros dos três maiores partidos institucionais que se reivindicam de representar os trabalhadores (PT, PSOL e PCdoB), além de setores da direita e até mesmo ex-bolsonaristas. Um desses ex-bolsonaristas era o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General Gonçalves Dias, demitido recentemente por aparecer em um vídeo, gravado em dia 8 de janeiro - data da tentativa de golpe dos bolsonaristas ao invadir o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto (sede do governo Federal) e o Supremo Tribunal Federal (STF) –, conversando e tratando gentilmente os invasores das instalações da Presidência da República. Essa situação gerou uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional para investigar os responsáveis pela tentativa de sedição.

Os bolsonaristas e a tentativa de golpe em 8 de janeiro

As palavras que o atual Comandante do Exército, General

Tomas Ribeiro Paiva, pronunciou em uma reunião com seus auxiliares, dias antes de assumir o cargo – e vazada em vídeo posteriormente -, demonstram os temores da cúpula militar em se envolver diretamente na tentativa de golpe militar orquestrada por Bolsonaro e alguns de seus auxiliares. Disse o General, depois de reconhecer que a vitória de Lula era indesejada, mas, havia acontecido:

“Imagina se a gente tivesse enveredado para uma aventura. A gente não sobreviveria como país. A moeda explodiria, a gente ia levar a um bloqueio econômico jamais visto. Aí sim iria virar um pária e o nosso povo viveria as consequências. Teria sangue na rua. Ou vocês acham que o povo ia ficar parado?”.

O próprio General esclarece os motivos para a prudência: a falta de apoio do governo imperialista de Biden e o medo de uma intensa reação popular.

Foi a covardia da burguesia nacional e seus chefes militares de enfrentar os trabalhadores e o povo sem a cobertura e a intervenção direta do governo dos Estados Unidos, como aconteceu no golpe militar de 1964, o que fez com que a cúpula militar deixasse a sublevação de Bolsonaro naufragar. O governo dos Estados Unidos, bem como de outros países imperialistas, estão acossados por sua própria classe trabalhadora e suas crises e divisões políticas. Como

Biden poderia apoiar o golpe de Bolsonaro no Brasil, sendo esse aliado de Trump? Em todo o caso, o que contou prioritariamente para a retração da cúpula militar foi a consciência de que o povo, a maioria que votou em Lula, não iria ficar parado como em 1964 ficou, devido a política de apatia que a direção do Partido Comunista impôs a seus militantes e à classe operária.

Os que votaram em Lula começam a cobrar

O Boletim *A Internacional*, editado por militantes brasileiros ligados ao Comitê pela Reconstituição da Quarta Internacional – CORQI, em editorial de sua sexta edição, de 29 de março de 2023, assinalava:

“Alguns exemplos demonstram que os trabalhadores e os segmentos populares que votaram em Lula começam a mover-se pelas aspirações que os levaram a derrotar Bolsonaro e eleger o candidato do PT à presidência.

Dia 15 de março, houve manifestações de estudantes secundaristas por várias cidades do país pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM). O NEM desmonta e privatiza a escola pública. A evasão escolar e o corte de investimentos nas escolas públicas é um dos objetivos dos promotores dessa política vinculada ao ajuste fiscal. Esse Novo Ensino Médio foi imposto por Temer e levado adiante por Bolsonaro.

No dia 24 de março, os petroleiros fizeram paralisações e atos nas refinarias contra a ameaça de continuidade das privatizações previstas pela gestão bolsonarista que continua indevidamente a ditar a política da empresa. Os petroleiros exigem que a Petrobras seja desbolsonarizada, o que significa parar e reverter as privatizações na estatal.

No dia 23 de março, os metroviários de São Paulo promoveram uma aguerrida greve por vários direitos salariais, fechamentos de pontos de bilheterias e por concurso para novas contratações. A

● ANÁLISE

greve contra o governador bolsonarista, Tarcísio de Freitas, mostrou a disposição dos trabalhadores em barrar a política de Bolsonaro, derrotada nacionalmente nas urnas.

Para 26 de abril está programada a paralisação nacional decidida por unanimidade pela plenária Intercongressual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT). Essa paralisação é para exigir do Ministério da educação que revogue o Novo Ensino Médio (NEM), que, além de prejudicar os estudantes secundaristas, também tem forte impacto na redução do número de professores e interferências pedagógicas prejudiciais à categoria. Entre 4 e 17 de abril, o MST vai promover o seu abril vermelho com manifestações e atividades com o lema “Reforma Agrária Popular: Por Terra, Teto e Pão”. Uma das pautas é a viabilização pelo governo do assentamento de mais de 100 mil famílias que aguardam pelo acesso a terra. Logo chegará a vez dos trabalhadores colocarem em pauta a revogação da reforma trabalhista e da previdência...”.

No dia 19 de abril, os estudantes secundaristas voltaram novamente às ruas pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Até aqui o governo apenas fez um pequeno e pouco significativo recuo e nega-se a tomar a iniciativa pela revogação. O próprio Lula afirmou, depois de ter sido fustigado pela grande imprensa burguesa, que não iria ter revogação. Acontece que as mobilizações pela revogação estão crescendo com o surgimento de comitês, tomadas de posições em entidades, grupos acadêmicos, congressos sindicais. Debates presenciais veem sendo realizados em escolas e através das redes sociais.

Os trabalhadores petroleiros, em sua manifestação de 24 de março, colocaram muito bem a razão para reverter e interromper as privatizações na estatal de petróleo, Petrobras. Uma nota política da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) chamava a



4 de Abril, as milícias de proprietários fundiários face aos camponeses sem terra do MST, acampamento de Itabela (Bahia)

atenção para esse aspecto da democracia: “O projeto que foi eleito nas urnas foi o de reconstrução do Sistema Petrobrás e não de continuidade do desmonte.”

Uma das reivindicações da Federação dos Petroleiros (FUP-CUT) era a reversão da privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, “vendida” por Bolsonaro a preço vil ao Fundo Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes.

Como bem registrou nosso companheiro Pedro Jacobs, em artigo no Boletim A Internacional nº 7: “O caso da venda por um valor contestado da refinaria baiana, não pode deixar de ser associado ao rumoroso caso das jóias retidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos, que Bolsonaro tentou tirar ilegalmente do país quando viajou, dois dias antes do término do mandato, para a Flórida (EUA). Os presentes valiosos, de cerca de R\$ 16,5 milhões, segundo a imprensa, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público, foram encaminhados pelos Emirados Árabes para familiares do ex-presidente Jair Bolsonaro. A generosidade dos sheiks árabes com o casal, na mesma época da privatização da refinaria da Bahia, ampliou as suspeitas em torno do negócio...”

Mesmo com o forte indicio de corrupção envolvendo Bolsonaro e a “venda” da refinaria por um preço bem abaixo do preço de mercado, Lula, em seu retorno da China, fez uma parada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, e fechou acordos de investimentos

futuros com o Fundo Mubadala. Esses acordos consolidam a infame privatização da refinaria.

Uma nota no site da Federação Única dos Petroleiros faz uma resignada menção ao caso: “o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar, recebeu com ressalvas o memorando de entendimentos assinado”. Sintomaticamente, Bacelar foi convidado por Lula e vai integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) da Presidência da República.

Os trabalhadores rurais sem-terra, em suas atividades do tradicional “abril vermelho” pela reforma agrária, colocaram como uma de suas reivindicações centrais ao governo um plano de assentamento (a concessão de terras) para cerca de 100 mil famílias que estão acampadas provisoriamente na beira de rodovias pelo país. Uma das táticas do MST foi ocupar algumas terras improdutivas ou griladas (apossadas ilegalmente) por grandes empresas, como por exemplo, uma fazenda da reflorestadora Suzano, a maior empresa de celulose do mundo. A burguesia e sua imprensa exigiram do governo que não fosse conivente com esse atentado contra a propriedade privada. O ministro da Agricultura, Carlos Favaro, produtor rural e ex-bolsonarista, classificou como crime as ações do MST. Já o Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, do PT, foi bem longe ao querer fazer coro com a direita e a ultradireita: “Eu condeno veementemente qualquer ato que danifique processos produtivos, áreas produtivas. Não é a

melhor forma de lutar por qualquer coisa. Eu condeno veementemente qualquer atitude que possa atrapalhar a produção. Nós temos outros instrumentos, melhores e mais efetivos, inclusive, para as bandeiras que possam ser levantadas para a conquista desse interesse”. (Folha de São Paulo).

Condenar “qualquer atitude que possa atrapalhar a produção” é não só declarar-se contra as legítimas ocupações do MST como colocar-se contra o direito de qualquer trabalhador fazer greve. A vontade do ministro Padilha em ser serviçal aos detentores das grandes propriedades privadas dos meios de produção foi tanta que chegou a passar uma borracha na própria história do seu partido, o PT, que nasceu impulsionado pelas grandes greves dos metalúrgicos do ABC, no final da década de 1970, lideradas por Lula. Essas greves “atrapalharam” deliberadamente a produção e isso foi determinante para derrubar uma ditadura militar.

A burguesia quer conservar o que tirou dos trabalhadores junto com Bolsonaro

Como disse antes, a coalizão de conciliação de classes em torno de Lula foi constituída a partir de um acordo: tornar intocáveis as grandes mudanças estruturais realizadas pelos governos Temer e Bolsonaro e sequer questioná-las. No máximo aceita-se medidas que não coloquem em questão os fundamentos econômicos que constituem o patamar mínimo da aliança.

Em nossa declaração de setembro de 2022⁽²⁾, nós, militantes do CORQI, afirmávamos: “*O que esses novos ‘aliados’ buscam é reservar seu lugar em um futuro governo Lula para ter direito de veto sobre as políticas sociais. Querem NORMALIZAR seus atuais privilégios – muitos deles robustecidos em clara combinação com Bolsonaro – e sorrateiramente avançar no que ainda falta da chamada agenda do mercado*”.

É isso que está acontecendo. O chamado “arcabouço fiscal” (alguns passaram a denominar de “calabouço fiscal”) que o Ministro da Economia, Fernando Haddad, está apresentando ao Congresso para substituir o “Teto de Gastos” imposto pela Emenda Constitucional 95, uma promessa de campanha, no essencial mantém e aprofunda a atual política de ajuste – contenção de gastos com os investimentos e serviços públicos – para assegurar superávit primário e o pagamento dos juros da dívida pública.

No ano passado os juros abocanharam 1,8 trilhão (*Portugal: 1,8 biliões – NdR*) de reais (46,7% do orçamento da União). Para 2023, segundo informações do Senado Federal, o valor total das receitas previsto é de R\$ 5,345 trilhões, dos quais R\$ 2,010 trilhões são destinados ao pagamento dos juros e encargos da dívida pública da União. Acontece que as receitas podem variar para baixo conforme o comportamento da economia, contudo, os juros da dívida e os encargos mantêm-se ou variam para cima conforme a taxa de juros manipulada por um Banco Central a serviço do mercado financeiro. O novo arcabouço preserva deliberadamente os princípios dos chamados “ajustes fiscais”, ou seja, trata apenas das chamadas receitas e despesas primárias, ficando os juros e encargos da dívida como algo sagrado e intocável, reservado aos lucros dos especuladores.

O mercado ficou exultante com a proposta pelo fato dela incluir metas de superávites primários para os próximos anos que superaram as expectativas dos próprios agentes financeiros. No entanto, isso não elimina a possibilidade da proposta do governo ser piorada pelo reacionário Congresso Nacional no sentido de prever desde já cortes em despesas com serviços públicos essenciais.

Um camarada escreveu em nosso Boletim, mencionando o arcabouço fiscal: Lula prometeu incluir os pobres no orçamento, na verdade ele deveria era tirar os

ricos banqueiros do orçamento para que eles parem de pilhar o dinheiro público.

Escrevemos em nossa Declaração de 11 de setembro de 2022⁽³⁾ que a primeira medida de um governo de trabalhadores deveria ser: “*Parar de pagar a dívida pública que não foi o povo quem fez e é usada para que o capital financeiro se aproprie anualmente de cerca 50% do orçamento da União, tirando dinheiro dos serviços públicos como saúde, educação e modernização de nossa infraestrutura nacional*”.

Não há medidas do governo que são positivas?

Existem. Por exemplo, ter agido para cessar a ameaça de extermínio dos índios yanomamis pela ação do garimpo ilegal em suas terras, combatendo a fome e a mortandade entre eles. Porém, seria preciso avançar para decidir urgentemente o marco temporal para demarcação das terras indígenas considerando a ocupação territorial até 1988 e não a de hoje, quando muitas terras foram ocupadas pela ação criminosa de grileiros que expulsaram pela violência os povos autóctones. Essa é uma questão que oporia Lula a muitos de seus aliados do agronegócio e está parada para decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, é preciso registrar a volta dos programas de compra de alimentos dos agricultores familiares. A retomada do programa “Mais Médicos”. A retirada de várias estatais, como a ECT (Correios), do Plano Nacional de Desestatização deixando fora da mira da privatização, ao menos pelos próximos anos. O problema é que a Eletrobras, privatizada de modo duvidoso no apagar das luzes do governo Bolsonaro, continua assim, passando uma parcela fundamental do setor elétrico para as mãos dos caloteiros da grande rede varejista Lojas Americanas.

● ANÁLISE

>>>

Na lista de atos positivos do governo, ainda estão, o anúncio de uma suplementação de verbas de 2,5 bilhões de reais para minimizar a penúria orçamentária das universidades públicas causadas por Bolsonaro. O combate à fome pela ampliação do programa Bolsa Família, muito embora, ainda exista milhões em situação alimentar deplorável.

Não obstante, são ações muito modestas perto do desmonte dos últimos anos, com o avanço da precarização do trabalho, a redução brutal da massa salarial, o encarecimento do custo de vida, o empobrecimento e o endividamento fenomenal das famílias para poder sobreviver, a redução dos serviços públicos disponíveis.

É inquestionável: o atual modelo econômico é incapaz de dar conta da imensa dívida social existente e de por fim à miséria em nosso país. As medidas paliativas são como enxugar gelo. O governo concede um pequeno aumento do salário, no entanto, a energia elétrica privatizada vai encarecer as tarifas e sugar esse aumento. O governo tira milhões do risco da fome, mas, a política de dólar alto faz encarecer o preço dos alimentos, causando dificuldades alimentares a outros tantos milhões. O sistema perverso de acumulação desenfreada de capitais através do mecanismo da dívida pública, o predomínio do modelo exportador de *commodities*, a desativação crescente de setores produtivos fabris, a especulação imobiliária descontrolada, o desemprego, etc., tudo isso anula a curto e médio prazo as medidas homeopáticas, mesmo se elas são positivas.

Ao lado disso, existem graves questões sociais pendentes como a redução da jornada de trabalho, o acesso ao ensino público para todos e em todos os níveis, o acesso à moradia digna para milhões que vivem em favelas, o pleno emprego, a reforma agrária, a demarcação completa das terras indígenas, o fim do desmatamento, o saneamento básico e a água potável que ainda faltam para muitos



brasileiros, um salário mínimo que dê para sustentar uma família de maneira adequada. Ou seja, o fim da miséria, só poderá ser alcançado se a acumulação capitalista realizada hoje, e que concentra as riquezas produzidas pelo país nas mãos de poucos, for interrompida. Cinquenta e um bilionários brasileiros detém 800 bilhões (Portugal: 800 mil milhões – NdR) de reais em patrimônio pessoal, sem contar o dinheiro escoado para o patrimônio de acionistas de multinacionais, bancos internacionais, de empresas e serviços públicos privatizados, de fundos de investimentos, o que se torna um problema de soberania nacional. Neste sentido, deixar de pagar uma dívida pública ilegítima, que já foi paga muitas vezes, e não deixa de crescer porque é um mecanismo de pilhagem sobre a maioria da nação, é uma questão chave para acelerar as soluções dos enormes problemas sociais.

As organizações dos trabalhadores neste contexto

Como foi dito antes, os três maiores partidos institucionais que se reivindicam de representar os trabalhadores ocupam ministério no governo Lula. Isso os torna participantes da política de conciliação de classe deste governo.

A Direção Nacional do PT decidiu arbitrariamente que seu

mandato, que venceria esse ano, se estenderia até 2025, cancelando o Congresso Nacional previsto. Ampliou também os mandatos das direções estaduais e agora está em vias de decidir que os mandatos das direções municipais podem ser prorrogados. O último Congresso para o qual os filiados elegeram delegados foi o 7º Congresso, no final de 2019. Significa que a atual Direção Nacional vai ficar no domínio do partido por praticamente seis anos, quando foi eleita para três. Os militantes, os filiados, que já não estão obrigados a pagar suas contribuições – o PT recebe um enorme Fundo Partidário público e cobra 10% dos salários de parlamentares e cargos executivos – também não têm onde se reunir para discutir a vida partidária e sua intervenção política. Na verdade, essa perpetuação das atuais direções se liga à dissolução do partido em uma Federação partidária com o PCdoB e o PV (partido burguês) que funciona como um novo partido, com estatuto e direção. Até o funcionamento predominante até há pouco tempo de “máquina parlamentar” parece estar em jogo. A bancada federal do partido reuniu-se apenas uma vez esse ano.

O PSOL está vivendo uma latente crise interna pela participação no ministério do governo de União Nacional. Haverá congresso do partido em final de setembro e esse tema será o centro das discussões.

No que diz respeito às organizações sindicais, em outubro deste ano vai haver Congresso Nacional da CUT. Em debate uma mudança estatutária importante chamada de “Projeto Organizativo”. Trata-se da filiação das “fraternas” à Central. Quem são as “fraternas”? São associações religiosas, esportivas, culturais, de imigrantes, etc. Também vão estar em discussão novas formas de financiamento do movimento sindical e de negociações coletivas. A surpreendente novidade no que diz respeito ao financiamento é a proposta de tornar per-

mitido que serviços públicos sejam prestados por sindicatos. Algo desta natureza desfiguraria os sindicatos, transformando-os em prestadores de serviços públicos terceirizados, abrindo o caminho para a iniciativa privada legitimar suas investidas privatizadoras. A proposta da filiação das “fraternas” e de financiamento com prestação de serviços públicos desfiguraria a natureza sindical da CUT e de seus sindicatos filiados.

A replicação no plano sindical da política do governo Lula de frente ampla – unidade nacional – está colocando em risco a própria sobrevivência da CUT e dos sindicatos. Para o ato do 1º de maio, em São Paulo, as centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CSB, UGT, Intersindical, Nova Central, Pública) convidaram o governador bolsonarista, Tarcísio de Freitas. Um governador reacionário que já apresentou planos de privatizar praticamente todas as estatais estaduais, até a companhia de fornecimento de água (SABESP), além de cortar as verbas constitucionais para a educação pública. A eventual participação de Tarcísio seria um duro golpe no significado histórico do 1º de maio como dia de luta da classe trabalhadora.

Nosso compromisso é o de defender uma política de independência de classe e de luta dentro das organizações políticas e sindicais onde atuamos.

Conclusão

A política conduzida pelos aparatos políticos e sindicais de governar procurando conciliar com o mercado financeiro e com a grande oligarquia empresarial é na verdade uma maneira de submeter-se aos interesses do capital nacional e internacional. Essa política coloca em questão a independência de classe e a própria existência dos partidos e das organizações sindicais fundadas pelos trabalhadores.

Para nós, militantes do CORQI no Brasil, numa situação de crise mundial do sistema capitalista, somente a mo-

bilização dos trabalhadores e da juventude, através de suas organizações, comitês de luta, podem criar as condições para um **governo** a serviço de suas aspirações, um **governo dos trabalhadores**. Um governo sem aqueles que se aliaram a Bolsonaro quando isso convinha à sua agenda de expansão da exploração e do lucro, e hoje tudo fazem para junto a Lula confiscar a vitória eleitoral dos trabalhadores. Estaremos junto com os trabalhadores/ trabalhadoras e a juventude - como estamos fazendo nos comitês pela renovação do Novo Ensino Médio (NEM) - dirigindo a Lula as demandas que os estimularam a elegê-lo presidente. Leiam as medidas que sugerimos importantes a um governo dos trabalhadores na Declaração em anexo. Ligado a isso, divulguemos a Carta-Convite e nos propomos a abrir a discussão sobre a Conferência do CORQI, em novembro deste ano, com todos os militantes dispostos a achar uma saída revolucionária para a atual crise mundial do capitalismo.

**Anísio G. Homem,
21 de Abril de 2023**

(1) Publicada em *A Internacional*, nº 28.

(2) *Ibidem*.

(3) *Ibidem*.

(4) *Ibidem*.

Post-scriptum

Depois que entregamos o texto ao editor, um acontecimento importante veio a reforçar nossa avaliação acerca do governo Lula e a guerra. Durante sua viagem a Portugal, o presidente do Brasil assinou, junto com o Primeiro-Ministro português, António Costa, uma Declaração Conjunta da XIII Cúpula Portugal-Brasil. No ponto 82, que trata da guerra na Ucrânia, o documento afirma: “*Os Chefes de Governo enfatizaram o seu compromisso com o direito internacional, a Carta das Nações Unidas e a resolução pacífica de conflitos. Deploraram a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes do seu território como violações do direito internacional. Lamentaram a perda de vidas humanas e a destruição da infraestrutura civil, bem como o imenso sofrimento humano e o agravamento das vulnerabilidades da economia mundial causados pela guerra. Expressaram preocupação com os efeitos globais do conflito na segurança alimentar e energética, especialmente nas regiões mais pobres do planeta. Convergiram no apoio ao pleno funcionamento da Iniciativa de Cereais do Mar Negro. Ressaltaram ainda a necessidade de promover uma paz justa e duradoura*” (grifos meus). Ou seja, Lula, pela primeira vez, e no território de um país pertencente a OTAN, postou-se diretamente ao lado da posição de condenação exclusiva da Rússia no conflito e da exigência de rendição do governo russo (paz justa) como condição para a paz. Não é sem importância o fato de Lula (PT) e António Costa (PS) terem assinado um memorando para que EMBRAER (fábrica brasileira de aviões que era estatal e hoje é privada) produza em Portugal uma versão do A-29, um avião militar de ataque leve, que será fabricado atendendo os requisitos operacionais da OTAN.

● ANÁLISE

Prefácio à nova edição do *Programa de Transição* em língua árabe

O Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional (CORQI) organiza, em Novembro de 2023, uma conferência internacional “*pela reconstituição da IV^a Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista*”.

Para esse efeito, dirigiu uma carta de convite, para a discussão dos militantes e organizações da IV^a Internacional, mas também – como refere a carta de convite – “*interessando, todavia, a discussão, de modo mais lato, o futuro da humanidade e pondo ela a questão do papel e da responsabilidade da classe trabalhadora, propomos abri-la mais amplamente, a outras correntes, grupos, organizações, militantes e responsáveis que, sem partilharem o programa da IV^a Internacional, se empenham, ao lado dos militantes trotskistas, na luta contra a guerra e pela defesa da civilização humana, adoptando um ponto de vista de classe que nos é comum*”.

A SITUAÇÃO MUNDIAL caracteriza-se pela putrefacção do imperialismo e da sua política de guerra, por uma destruição maciça das forças produtivas da humanidade, a começar pela



Março de 2021, manifestação de palestinianos em Umm-al-Fahm (distrito de Haifa)

força de trabalho do proletário, a revisão/destruição dos direitos e conquistas dos trabalhadores, dos regimes de aposentadoria e protecção social e pela pauperização das massas trabalhadoras (inflação, congelamento de salários, carestia, desemprego de massas, etc.). Marca-a igualmente a política de traição e acompanhamento das direcções do movimento operário (sindicatos e partidos) que, em nome da política do “mal menor”, se juntam à união sagrada atrás da sua própria burguesia e do seu próprio imperialismo, associando-se às contra-reformas, que acompanham, e apoiando os orçamentos de guerra e anti-sociais – por um lado. Marca-a, por outro lado, o ascenso de processos revolucionários em todos os países e em todos os continentes, processos que levantam

as massas contra a política traidora dos aparelhos que dirigem as organizações do movimento operário, não deixando as massas, porém, de procurar essas mesmas organizações para convertê-las em ferramentas de luta e de defesa dos seus direitos e garantias.

Ante tal situação, que comprova tragicamente o programa da revolução socialista, o programa fundador da IV^a Internacional, o *Programa de Transição*, o CORQI sentiu-se na obrigação de reagir, dirigindo-se a todos os militantes, a todos os grupos e organizações que mantêm a fidelidade ao marxismo, a fidelidade ao bolchevismo e à revolução proletária, no intuito de abrir uma discussão fraterna voltada para a reconstrução da IV^a Internacional, partido mundial da revolução socialista.

Para assegurar a continuidade do marxismo e da dinâmica aberta pela revolução de Outubro de 1917, destruída pelo estalinismo, e para armar os trabalhadores e as jovens gerações com o programa da revolução proletária, L. Trotsky redigiu o *Programa de Transição*, com o sub-título “A mobilização das massas em torno das reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder”. O programa foi adoptado pela conferência de fundação da IVª Internacional em Setembro de 1938.

Com a passagem dos anos, a IVª Internacional passou por muitos ataques que apontavam à liquidação da organização trotskista, nomeadamente da parte do pablismo liquidacionista no início dos anos cinquenta, que optou pela capitulação ao estalinismo, que a corrente pablista encarregava de cumprir o socialismo “à sua maneira”; e, depois, pela maioria da direcção da secção francesa (CCI) em 2015, optando esta por se fundir em conglomerados de frente popular e de populismo de esquerda, nomeadamente *La France insoumise* de Mélenchon em França. Isso levaria os militantes apegados aos princípios fundadores da IVª Internacional a constituírem o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional – o CORQI –, a organização internacional que tomou a iniciativa da carta de convite acima referida.

Porquê uma tradução árabe do Programa de Transição?

Se bem que o *Programa de Transição* tenha sido traduzido para o árabe por várias vezes, consideramos necessário, face à gravidade da situação mundial e à necessidade de reunir os trabalhadores, à escala internacional, num partido mundial da revolução socialista, reeditar uma nova tradução, baseada no texto da editora SELIO (OCI) de 1978, que segue, por sua vez, fielmente o texto russo escrito por Leon Trot-

sky em Maio-Junho de 1938.

É praticamente impossível encontrar as obras de Leon Trotsky em língua árabe, existindo as de Lenin apenas nas traduções e publicações das Edições do Progresso, de Moscovo, amplamente “corrigidas” pela pena falsificadora de Stalin.

Os desenvolvimentos da revolução proletária na nossa região, a começar pelos desenvolvimentos da revolução palestina, ponta avançada da revolução proletária, bem como os levantamentos revolucionários das massas na Argélia, no Sudão, na Tunísia, no Egipto, no Líbano ou em Marrocos, etc., são outras tantas confirmações da aspiração das massas trabalhadoras e da juventude à mudança social e ao socialismo. Deixou de ser um acaso a presença da palavra “socialismo” em todas as mobilizações dos trabalhadores e da juventude nos países da região.

Embora os acontecimentos que percorreram a região em 2011-12, durante aquilo que a comunicação social apelidou de “primavera árabe”, não tivessem resultado em mudança de nenhuma espécie, permitindo antes que as classes dirigentes mantivessem as suas posições, posições, portanto, de sujeição às exigências do imperialismo mundial, esses acontecimentos demonstraram, ainda assim, a aspiração dos trabalhadores e dos povos à emancipação, à soberania nacional e à ruptura com o imperialismo e as suas instituições. Demonstraram, outrossim, a posição de vanguarda da classe operária na luta pela emancipação nacional e social.

Só depois de a classe operária dar entrada nos sucessos de 2011 na Tunísia e no Egipto, quando os trabalhadores e as massas tentaram apoderar-se das organizações tradicionais da classe operária (a UGTT na Tunísia e os sindicatos egípcios), é que os regimes compradores instalados caíram, reflectindo o medo do imperialismo de ver a situação descambar num autêntico movimento revolucionário que in-

fligisse um golpe mortal ao regime capitalista e aos seus satélites na região.

Estas mobilizações demonstraram igualmente o ponto a que a falta de um partido operário revolucionário apoiado nas organizações operárias tradicionais influiu no actual caos destes países, nomeadamente na Tunísia e no Egipto, onde se instauraram regimes bonapartistas para assegurar a sujeição desses países ao imperialismo mundial.

O grupo marroquino do CORQI, que publica regularmente a versão árabe da revista teórica do CORQI, *A Internacional*, decidiu publicar a tradução árabe do *Programa de Transição* a fim de ajudar os trabalhadores, militantes e jovens dos países da região a dotarem-se de uma ferramenta teórica e política indispensável para compreender os acontecimentos em curso, de modo a intervir pela mudança social, pela revolução socialista. É, também, uma ferramenta indispensável para a construção de partidos operários revolucionários para lutar por governos operários e camponeses nesta região do mundo.

Esperamos, com este documento, armar os trabalhadores, militantes e jovens dos países da região com um programa consumado que ajude os trabalhadores a constituírem-se em partido político revolucionário e independente em torno de um programa pela revolução proletária nos países da região.

O grupo marroquino do CORQI anexará, aliás, a esta brochura a carta de convite a uma preparação efectiva da conferência internacional de Novembro de 2023.

**O tradutor,
Casablanca, Abril de 2023**

● DISCUSSÃO

Discussão preparatória da conferência internacional “pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista” (3, 4 e 5 de Novembro de 2023)

Primeira discussão com militantes russos

16 de Março de 2023

A.: Este texto corresponde, de modo geral, à minha visão da situação e à de muitos dos meus camaradas. Algumas das minhas observações e pontos que me parecem poder dar controvérsia referem-se mais à parte histórica do documento do que ao que ele define relativamente às tarefas da actualidade. No entanto, a mensagem principal do texto, a da necessidade de unificar diferentes forças, que porventura nem sequer pertençam à IVª Internacional, mas defendam posições similares, considero-a como a abertura de uma perspectiva e perfeitamente correcta. Esta é a minha impressão geral.

E.: A minha ideia converge com o que o camarada acaba de dizer. Estou de acordo com a análise da situação actual, não tenho nem posso ter comentários críticos. A ideia principal, por assim dizer a ideia dominante, é destacada com muita clareza no texto: não nos alinharmos por nenhum dos blocos imperialistas. A constituição da classe operária como força autónoma que não precisa de se juntar a ninguém nem de ser o “apoio” de alguém. Prezei muito que o documento apresentasse uma visão de conjunto da situação mundial. Considera-se por vezes, no movimento operário, no movimento comunista, que não é necessário falar do Médio Oriente, de África: “Os países são pequenos e dependentes, o que lá sucede não interessa”. Ora, aqui, descreve-se claramente a situação do mundo inteiro. Outro ponto importante que eu queria salientar, o último, para não me alongar: achei a análise feita da União Soviética objectiva. Por outras palavras,



não há uma rejeição global, mas sim uma análise objectiva: em que teve a União Soviética razão, onde não teve. Não há crítica unilateral. É uma posição equilibrada. Nas ocasiões que tive de contactar com organizações que se dizem trotskistas, ouvi muitas vezes o ponto de vista de que tudo na URSS era mau: “não havia socialismo”, “era tudo mentira”. Este documento, felizmente, evita esse grave erro.

A.: Passemos talvez a alguns pontos deste documento que, a meu ver, dão azo a controvérsia. Repito que não modificam globalmente o que acho do texto, mas são matizes que “dão nas vistas”.

O primeiro ponto tem que ver com a crítica aos governos das frentes populares desde os anos trinta até aos nossos dias. Por um lado, compreendo a crítica às frentes populares, que remonta à época de Trotsky, elas afrontavam as suas posições. Por outro lado, dá-me a sensação, como historiador, que a política de frentes populares se justificava até certo ponto nos anos trinta, não havendo, provavelmente, alternativa viável a essa política naquela época (particularmente nas condições de ofensiva do fascismo). Em todo o caso, é o meu parecer. Alguns casos de frentes populares referidos no texto sal-

daram-se por fracassos, mas outros conseguiram resultados no ponto de vista da democracia burguesa. Entre os exemplos mais recentes, estou a pensar no Brasil. Repito: eu, pessoalmente, não sou partidário dessa tática das frentes populares, mas, olhando para as posições das últimas décadas, não acho que ela tivesse sido sempre uma política conducente à derrota nem que não pudesse ser necessária em certas circunstâncias. Por exemplo, no caso da defesa da República em Espanha ou em França, a unidade de uma frente ampla de forças tem, parece-me, dado boas provas. Uma vez mais, isso não afecta a minha percepção geral da carta de convite, mas o ponto, a meu ver, merece discussão. Houve mais dois pontos importantes que me despertaram atenção.

O segundo ponto tem que ver com o passo que foca o facto de haver hoje alguns dirigentes populistas que falam da necessidade de nos basearmos, não na classe operária, mas num movimento popular mais amplo. Por um lado, participo da vossa crítica da tal visão “populista de esquerda”. No entanto, a crítica parece-me, por outro lado, algo unilateral. Ela não contempla o contexto económico e socio-económico geral dos processos que afectam as nossas sociedades. Em particular, a transformação em que hoje nos vemos da sociedade industrial clássica, há quem lhe chame “sociedade pós-industrial”: não sou adepto do conceito de sociedade pós-industrial, mas é óbvio que esse velho esquema de divisão da sociedade do fim do século XIX e do início do séc. XX perde alguma da sua pertinência. É concebível que o populismo de esquerda seja uma tentativa de responder a estas transformações da sociedade, talvez não da maneira mais adequada, mas, pelo menos, pode-se explicá-lo por causa destas transformações sociais. No âmbito destas transformações, dá-se, com efeito, uma mudança na consciência de

classe das massas (considerando a baixa quantitativa do proletariado industrial e dos processos super-estruturais que daí decorrem), que, em muitos aspectos, prejudica igualmente o movimento comunista e que é preciso levar em linha de conta. Neste ponto de vista, compreendo que a crítica trotskista clássica tenha muitas vezes por base a “traição dos dirigentes”, a grande “fraqueza das estruturas revolucionárias”. Ora, também há que entender que o próprio movimento, na base, também está a perder o carácter revolucionário. São estes os dois pontos que me interpelaram. A última coisa que eu gostaria de esclarecer é, quando se escreve que “*muitas [direcções oriundas do movimento operário – NdrR] preconizam agora abertamente a dissolução do movimento operário, tal como historicamente constituído*”, haverá exemplos a dar? Talvez fosse de indicar nomes ou esclarecer qual é o movimento em causa.

E.: Quando li o texto pela primeira vez, vi que se criticava a pretensa teoria do “socialismo num só país”. No entanto, tanto quanto sei, já em 1915, creio que num artigo sobre a tática da social-democracia nas condições de guerra – até encontrei a citação exacta –, Lenin escrevia que “*a vitória do socialismo é possível primeiro em alguns países, ou mesmo num país só*”.

A.: Deixa-me responder eu mesmo ao camarada. Claro que Lenin falou da vitória da revolução socialista primeiro num país ou em vários países, donde o processo se propagaria. Mas Lenin nunca disse que o processo da revolução mundial terminaria em um ou vários países.

E.: Eu, isso, não digo. Nem Lenin o disse tão-pouco.

A.: Parece-me que, nesta matéria, se pode estar laborando no que os ingleses chamam um “*misunderstanding*”. A teoria do “socialismo num só país” desenvolveu-se, na verdade, em várias etapas. É possível, por exemplo,

recortar frases e até obras de Lenin. Stalin serviu-se, aliás, dessas citações para justificar a sua teoria. Mas houve várias etapas na concepção da teoria do “socialismo num só país”. Houve coisas que Lenin escreveu, mas não se pode nomeá-las. Depois foi a teoria de Stalin, mas nem sequer Stalin dizia que “não haveria revolução mundial”.

E.: Concorro.

A.: Só que, depois de Stalin, foi o obscurantismo total, a burocracia soviética transformou a própria concepção staliniana do “socialismo num só país”. Dá-me ideia de que aquilo a que os camaradas se referem é exactamente a este processo no seu termo.

E.: Os comunistas russos da nossa época, se bem que muitos ainda tenham medo só de pronunciar o nome de Trotsky, reconhecem *de facto* a vitória da burocracia e o seu papel no desmoronamento da URSS. Por outras palavras, têm um medo histórico do nome de Trotsky, mas repetem as suas palavras. Mas a ideia da construção do socialismo num só país falhou, é claro. É ver o que aconteceu à URSS e ao bloco socialista.

A.: Estão a ver que, substantivamente, o camarada e eu temos questões essencialmente sobre pontos históricos precisos, mas não sobre os pontos principais da carta.

E.: É realmente isso.

D.G.: Esta discussão é muito interessante e corresponde ao tipo de discussão que estamos tentando organizar à escala internacional, com camaradas cujas origens políticas não são as mesmas que as nossas, mas com quem queremos confrontar pontos de vista para elaborar as nossas tarefas.

A crise do movimento operário é extraordinariamente complexa. O nosso objectivo não é necessariamente de vos vencer das posições da IVª Internacional. Se ficarem convencidos, melhor. Contudo, se não ficarem, não é por isso que a dis-

● DISCUSSÃO

>>>

cussão deve parar. A estrada é longa e as vias da recomposição do movimento operário são, por consequência, complexas e tortuosas. Por isso é que o que é importante é discutir.

Sabem com certeza que a IVª Internacional passou por muitas crises. Uma delas deu-se imediatamente antes do assassinato de Trotsky, na organização americana, em 1938-40. O foco da crise foi a questão da natureza da URSS e da “defesa da URSS”. Nessa discussão, Trotsky disse uma coisa que nos parece muito certa, que foi, em substância, que “posso estar de acordo com camaradas que tenham o mesmo ponto de vista sobre as tarefas, independentemente da caracterização sociológica da URSS. Concretamente, posso fazer um acordo com camaradas que, como eu, consideram que é preciso defender a URSS, mesmo que, para eles, ela seja um capitalismo de Estado. Em contrapartida”, dizia Trotsky, “não farei acordo nenhum com camaradas que estejam de acordo comigo quanto à definição da URSS como “Estado operário burocraticamente degenerado”, mas que daí não tirem nenhuma ilação e apelem à neutralidade em caso de guerra entre o imperialismo e a URSS”. É este ângulo que gostaríamos de aplicar a algumas das questões que vocês puseram.

Primeiro, as frente populares. A frente popular é uma resposta errada a uma aspiração sã. Quando as massas entram em movimento, aspiram à unidade das suas organizações contra a classe capitalista. Aspiram àquilo a que se chama a frente única operária. A política de frente popular parece desposar esta aspiração, mas o que faz é desviá-la para uma aliança com um sector da burguesia. É, portanto, preciso distinguir sempre o que tem que ver com a aspiração das massas à unidade e o que tem que ver com a política dos aparelhos, de aliança com a burguesia. As questões são concretas. Um de vocês pergunta se “se devia juntar forças para defender a República

em Espanha”. Claro que sim, mas tudo depende de que defesa, com que meios, apoiados em que forças? Quando os camponeses decidiram ocupar as terras na república espanhola, ficaram prontos a defender a república porque achavam que a república lhes ia dar a terra. Em contrapartida, a GPU expulsava-os das terras ocupadas, dizendo-lhes: “É proibido tocar nas terras, porque pertencem aos grandes proprietários republicanos.” Esta política de repressão irá separar a república espanhola daquele que era, no fim de contas, um elemento importante da sua base social potencial: o pequeno campesinato. Ora, a defesa da república, uma palavra de ordem democrática, só se pode fazer com métodos proletários. A frente popular espanhola pediu aos trabalhadores, camponeses e operários, que renunciassem às suas reivindicações de classe em nome da defesa da propriedade privada. É esse o problema da frente popular: o problema da classe social em que se baseia. Baseia-se na classe operária, no pequeno campesinato, ou baseia-se na burguesia? Procurando apoiar-se na burguesia ou no Estado burguês, a frente popular conduziu sempre a derrotas violentas.

É evidente que se têm de levar em consideração as ilusões das massas: os trabalhadores confundem muitas vezes frente popular com frente única, razão porque nós nos batemos pela ruptura dos partidos operários com a burguesia. Isso não significa que devamos alinhar-nos com a frente popular. Mesmo os exemplos mais recentes – o que sucedeu na Grécia com o governo Syriza, o que aconteceu em França com os governos de esquerda, e em qualquer parte, o que se passa em Espanha, o que se passou em Portugal – mostra que a função destes governos é fazer passar as necessidades da classe capitalista contra a classe operária.

No que diz respeito à segunda questão e à crítica aos dirigentes populistas, o camarada diz que “a sociedade industrial sofreu

grandes transformações.” É verdade. É indiscutível. Mas a extorsão de mais-valia pela exploração da força de trabalho continua ou não continua a ser a fonte de toda a riqueza nesta sociedade? Das duas, uma. Ou a análise marxista continua a estar correcta, o que implica que as novas riquezas criadas são tiradas do trabalho, resultando o lucro da mais-valia, ela própria gerada do trabalho gratuito extorquido aos trabalhadores, seja qual for a forma aparente que a relação social de exploração revista, a do operário de fato-macaco ou a do técnico curvado sobre o computador.

Ou então o acréscimo de riqueza acumulada não advém da mais-valia, o que significaria ter a análise marxista ficado ultrapassada, ter-se entrado noutra sociedade, em que a produção de riqueza é fruto de outras relações sociais de produção. Estamos dispostos a examinar a hipótese, mas seria necessário prová-la.

Não sendo assim, a implicação é que, embora variando as formas, continuamos no caso de uma sociedade marcada por relações sociais de produção capitalistas, em que uma classe de produtores continua a ser explorada e a ver roubada uma parte do seu trabalho, aquela que serve de base ao lucro capitalista. Isto assente, é legítimo dizer que, se se quiser acabar com as relações sociais de produção capitalistas, haverá que trabalhar pela organização da classe operária no seu próprio terreno. Querendo distingui-la, na forma que tem, da classe operária de há um século, chamemos-lhe então classe dos produtores, mas nada muda quanto a ser essa classe dos produtores a que continua a ser a principal força revolucionária da sociedade. Pois, como escreveu Marx, ela só tem as suas cadeias a perder e um mundo inteiro a ganhar. Isso mantém-se verdadeiro hoje. É evidente que tal não impede que se tenha de tentar juntar à volta da classe operária outras camadas sociais. A busca da aliança com a pequena burguesia, o pequeno

campesinato, os pequenos comerciantes, a juventude, as camadas periféricas, é perfeitamente correcta.

Só que, para isso, não se pode dissolver a classe operária num vasto todo “populista”. Por exemplo em França, *La France insoumise* tem rejeitado, desde que se constituiu, qualquer referência de classe. Mélenchon fala de “pessoas”, não de trabalhadores. Dirige-se às assembleias com as palavras: “Vocês, as pessoas”. E reivindica o ter renunciado a uma caracterização de classe. O corolário de tudo isto é que, em sectores dos aparelhos sindicais, não necessariamente ligados a Mélenchon, ouve-se dizer que “o que interessa é a ecologia, o feminismo, as questões societais”, para renunciar ao carácter de classe. Não é um exclusivo francês. Em Itália, o Partido Comunista era o partido comunista mais poderoso da Europa Ocidental. Dissolveu-se num partido comum com os cacos da democracia cristã. É evidente que isso suscita um problema. Vocês perguntam se “essas transformações na sociedade não terão consequências no ponto de vista da consciência de classe?” Nós colocamos o problema ao contrário: “Haverá hoje um problema de enfraquecimento da consciência de classe?” A resposta é que sim, há-o, claro. É com certeza também fruto, em parte, das transformações do modo de produção capitalista: teletrabalho, atomização, individualização dos direitos colectivos... mas é principalmente, e em primeiro lugar, fruto do enfraquecimento do movimento operário como um todo, fruto da política das suas direcções. Vocês disseram uma coisa interessante: “Vocês, trotskistas, põem a tónica no problema da política das direcções e, por causa disso, subestimam o problema da consciência de classe.” Nós contestamo-lo: há uma relação dialéctica entre a política das direcções e o enfraquecimento da consciência de classe. Para ser mais exacto, há uma relação dialéctica entre três elementos: a política das di-

recções, o enfraquecimento de todas as formas organizadas da classe operária (sindicatos, convenções colectivas, estatutos, etc.) e a consciência de classe. Regressemos a Marx e à distinção entre classe “em si” e “para si”, segundo a velha terminologia hegeliana. Como se manifesta a consciência de classe? Manifesta-se em formas organizadas: as primeiras sociedades de socorros mútuos, os primeiros sindicatos, o primeiros partidos operários. Inversamente, a destruição das formas organizadas enfraquece a consciência de classe. Para nós, uma relação dialéctica ata a construção de um partido revolucionário à construção da internacional revolucionária, à defesa das organizações operárias e à reconstituição da consciência de classe.

Deixem-me, por fim, focar o último aspecto: a questão do “socialismo num só país”. Ponhamos de parte a citação a) ou b) de Lenin – tanto mais que se pode obrigar uma citação, tirada do seu contexto, a dizer tudo e o seu contrário. O que nos interessa é o que Lenin fez. Quando os soviets tomaram o poder, em Outubro de 1917, a primeira declaração de Lenin não foi: “O povo russo conquistou o socialismo”, foi: “é o primeiro acto da revolução mundial”. Pela simples razão de que Lenin era marxista e, como marxista, sabia que existia um mercado mundial capitalista e uma unidade da economia mundial, uma unidade do sistema capitalista, com as suas contradições. E que a classe capitalista, se bem que, em dadas circunstâncias, possa ver-se obrigada a tomar conhecimento da tomada do poder pela classe operária neste ou naquele país, nem por isso desiste de reconquistar o terreno perdido. A necessidade da revolução mundial não emergiu do cérebro genial de Lenin, de Trotsky ou de Marx. É fruto da unidade da economia mundial e da realidade do capitalismo chegado ao estágio imperialista, em que este só pode sobreviver tentando permanentemente con-

quistar e reconquistar novos mercados. Foi por isso que, quando a burocracia estalinista e pós-estalinista inventou o conceito de “coexistência pacífica” com o imperialismo, ela queria acreditar nele para conservar o seu domínio e a sua estabilidade. Só que o imperialismo, pelo seu lado, nunca acreditou nele. Fez de conta que acreditava enquanto não teve alternativa, mas o seu objectivo era restaurar o capitalismo na URSS, como hoje o seu objectivo é restaurar o capitalismo na China. É nesse sentido que ninguém pode dizer-se revolucionário proletário e lutador pelo socialismo se não encarar as coisas no ponto de vista da revolução mundial. Compreendemos perfeitamente o que o camarada diz quando diz que, na Rússia (e não só na Rússia), “há muitos comunistas que acham que há países importantes e países secundários.” No ponto de vista do marxismo, não há “países pequenos” e “países grandes”. Sabemos muito bem que, na cadeia da dominação imperialista, o elo que amanhã irá ceder não é necessariamente o do país mais rico ou mais poderoso. Viu-se isso na Rússia em 1917 e viu-se isso noutros países. Para nós, a IVª Internacional não é uma soma de secções nacionais. Consideramos que os processos da luta de classes em cada país são expressões particulares dos processos da revolução mundial, com características nacionais. Marx escreveu que a luta de classes é “*internacional no seu conteúdo e nacional na sua forma*”. Ambos os termos são importantes. Não se pode apreender a luta de classes num país determinado se não se levarem em conta as condições históricas e nacionais. Para lá das diferenças, porém, é mesmo a revolução mundial que está em causa. É por isso que, para nós, a ordem do dia da conferência que estamos preparando consiste em ver como reconstituir as condições para o partido mundial da revolução socialista. Põem-se quer questões de delimitações teóricas quer de análise da situação,

● DISCUSSÃO

>>> que suscitarão, naturalmente, questões táticas. Mas ainda só estamos no início do processo.

Neste momento, em França, temos um golpe de força do governo. Os dirigentes sindicais, tanto os reformistas como os estalinistas e os falsos trotskistas, tudo têm feito para impedir a greve geral. Mas não puderam impedir que milhões de pessoas já levem dois meses mobilizadas. Hoje, quando o governo dá um golpe de força, acabamos de receber um apelo de um sindicato reformista: “*Macron passa à força graças ao nº 3 do artigo 49º. Mobilização geral na Place*

de la Concorde. Já. Esperamos-vos.” Isto, da parte de reformistas, não tem nada de habitual. Quando o programa da IVª Internacional diz que, colocadas em circunstâncias excepcionais, as direcções traidoras podem ver-se levadas a ir mais longe do que queriam na via da ruptura com a burguesia, devendo nós, em tal caso, apoiá-las, é isso que nós fazemos. Chamámos todos os camaradas a responderem ao apelo dos sindicatos e fomos todos para a Concorde, com os sindicatos e contra o governo. Só que isto é a frente única, não a frente popular.

A.: Podemos continuar a discussão. Entendemo-nos, ainda há muita coisa a discutir, talvez outros assuntos também. Tenho coisas a dizer sobre as vossas teses nestes poucos pontos. E vocês terão com certeza coisas a dizer sobre as minhas novas teses. A questão é saber como continuar a discussão. Por escrito? Ou podemos voltar a encontrar-nos e ter outra discussão?

À saída desta conversa, foi decidido passar a escrito o registo da discussão e avocá-lo à preparação da conferência.

Discussão com Nnamdi Lumumba, militante operário negro dos Estados Unidos*

10 de Abril de 2023

* Nnamdi Lumumba é militante do Ujima People's Progress Party

Daniel Gluckstein: Como sabes, o objectivo desta discussão é saber a tua opinião sobre a carta de convite à conferência internacional “*pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista.*”

Sabemos que vimos de tradições políticas diferentes. A nossa é a da IVª Internacional. A tua história política é diferente. Dito isto, não podemos deixar de observar que temos estado a lutar ombro a ombro em várias arenas de luta, não apenas no que diz respeito à classe operária americana – e, especificamente, a classe operária negra –, mas também no que se relaciona com os processos internacionais que envolvem a classe trabalhadora. Nós, pela nossa parte, estamos convencidos de que o nosso programa é actual, muito embora tenha sido escrito há muito tempo.

A sua actualidade reside na continuidade da longa história do movimento da classe trabalhadora desde o início da corrente marxista. Compreendemos, como é evidente, que a situação actual é diferente da que havia quando o nosso programa foi escrito – e é por esse motivo que pomos por escrito por que estamos convencidos da actualidade essencial do programa. É esse o sentido da carta de convite.

Interessa-nos conhecer a tua avaliação da carta – os pontos em que estás de acordo e em que estás em desacordo. Que pontos é preciso discutir? Não é nossa intenção preparar esta conferência só a falar dela entre nós.

Pelo contrário, estamos interessados em tornar possível que camaradas que vêm de tradições diferentes participem da discussão e em incluí-los no processo da

conferência, inclusive na própria conferência, se acharem que pode ser útil.

Portanto, para começar, se estiveres de acordo, gostaríamos de saber como avalias a nossa proposta.

Nnamdi Lumumba: Tenho uma avaliação muito positiva do documento e da oportunidade da sua publicação. Tenho-o partilhado com vários dos nossos quadros, e está assente um consenso geral de abertura e interesse no processo. Ainda não temos uma posição consolidada, o que virá a acontecer nos próximos dias ou semanas, à medida que estudamos o texto mais em pormenor.

Creio que surgiram algumas questões gerais que é preciso afastar, mas, na globalidade, eu diria que a sensação tem sido de abertura ao diálogo e de andar

para a frente com um processo, pelo menos para ver até onde podemos chegar.

D.G.: Muito bem. Há talvez alguns pontos específicos que pudesse ser-vos útil suscitar?

N.L.: Sim, Em certos aspectos, o documento deu resposta a muitas das perguntas. É óbvio que o meu percurso não vem de uma posição trotskista. Todo o meu desenvolvimento político se baseia nos escritos e na prática de Marx e Lenin, se bem que eu nem sempre me considere um marxista no seu sentido mais próprio.

Alguns dos nossos quadros têm um percurso parecido com o meu. Nem todos. Refiro-o, porque existe uma preocupação em saber até que ponto nos devemos meter com os trotskistas. Houve alturas em que formações políticas que se diziam trotskistas tiveram uma intervenção muito negativa no movimento de libertação negro – e isso tem, em parte, continuado nos nossos dias. Alguns veteranos manifestaram-me muita preocupação; falaram de casos anteriores em que tentativas de construir um partido operário com direcção negra foram, na opinião deles, minadas.

Há uma real hostilidade para com este tipo de processo vinda de uma geração anterior à minha. A tal intervenção existiu. Por isso, caminhamos por uma vereda muito estreita, para ter a certeza de que não parecemos estar sendo absorvidos ou dominados por organizações trotskistas.

Desejamos assistir à formação de um partido operário de massa. Sabemos que não poderemos derrotar o imperialismo e o capitalismo numa só localização geográfica, que isso não funciona. Sabemos que se tem de tentar criar uma formação internacional. Mas a construção da formação internacional tem de ter por base a confiança e a unidade assente em princípios.

Tem de se alicerçar na dialéctica – em relações que os segmentos da classe operária internacional têm de estabelecer entre si. Nós queremos ser parte desse



processo – discuti-lo. Acercamos dele de maneira aberta quanto à organização, mas com preocupações que mergulham as suas raízes na compreensão que temos da nossa história, ajudando-nos a proteger os nossos interesses, de modo que não sejamos instrumentalizados ou metidos num processo em que não nos sintamos respeitados.

Penso que a outra questão é, naturalmente, a dos movimentos de independência nacional do povo africano, seja nos Estados Unidos seja no continente africano. Há, relacionada com a questão da luta de libertação nos Estados Unidos, a questão da independência nacional dos povos indígenas da América. Não temos uma linha que se poderia considerar oportunista. Não exigimos direitos à terra da América do Norte: essa terra pertence aos povos indígenas, que foram expulsos num processo de colonização e genocídio. Aqui, não temos direito a reclamar uma terra nacional. São coisas importantes para nós. Gostaríamos de chegar a um entendimento de que se respeitarão estas duas tendências – portanto, que os povos indígenas têm o seu direito de reivindicar a nação, do mesmo modo que os africanos escravizados deportados aqui para a América do Norte têm o direito de reivindicar a sua libertação nacional.

A nossa orientação inclui uma ligação às lutas operárias de toda a África contra o neocolonialismo e o imperialismo. Portanto, embora eu não me possa autodenomi-

nar panafricanista – dadas as reais implicações de classe históricas – há uma óbvia necessidade de construir um partido internacional dos trabalhadores panafricano, um partido forjado no continente africano e por africanos da diáspora, como parte de um movimento anti-imperialista, anticolonial e anti-neocolonial.

Os trabalhadores africanos que vivem por todo o mundo têm um papel a desempenhar nos países em que vivem. Partimos daí. Gostávamos que isto fizesse parte da discussão relacionada com o anti-imperialismo. As pessoas com origem em situações neocoloniais têm de ter a oportunidade de colectivar as suas posições, para perceberem de que maneira hão-de coordenar os seus esforços e trabalhar em conjunto.

Temos de apoiar a luta pela independência dos africanos, desenrole-se ela no continente africano, nas Caraíbas ou nas Américas do Sul e do Norte, e temos de compreender a relação que há entre ela e a luta internacional no seu todo. Estamos bem cientes de que não há hipótese de libertação do imperialismo numa só nação ou mesmo numa secção do mundo. A luta de ser mundial.

Último ponto: há algo que se joga na dinâmica interna do movimento, que é a questão do racismo. Tenho tido a opinião de que a maior parte dos actores do movimento operário que não têm ascendência africana ou não são originários de países colonizados tendem a não se considerar a si próprios racistas. Professam o que

● DISCUSSÃO

>>> crêem ser posições anti-racistas.

Porém, a dinâmica da cultura e da história impõe-se. O acesso à riqueza e a melhores recursos e melhor educação provêm às redes de segurança associadas ao ser branco na América. E medeia uma dinâmica de poder, ao nível social e político, que é inerentemente racista.

Os camaradas não brancos estão sempre metidos numa luta de afirmação da nossa humanidade enquanto iguais. Não me parece que os activistas brancos se vejam como racistas ou que as acções sejam racistas, mas é frequente o racismo manifestar-se nas dinâmicas de poder, e é preciso chamar os bois pelos nomes. É preciso barrá-lo.

Parece-me que devemos falar disto e lidar com isto. Vai ser mesmo crucial a maneira como construímos uma unidade de princípios baseada num programa claro. Temos de andar para a frente, de modo que as pessoas não se sintam desanimadas ou se tornem até pasto das tendências libertistas que se estão desenvolvendo nas nossas organizações.

Há coisas realmente muito importantes a considerar – organizar a estrutura de discussões em que lidemos de modo programático com estas preocupações e questões. Todos têm de perceber que estamos construindo um verdadeiro movimento dos trabalhadores – e não um movimento que é simplesmente dominado por trabalhadores de uma dada parte do mundo ou de uma dada etnia.

Alan Benjamin: Nnamdi, acho que, nestes últimos anos, temos trabalhado em conjunto respeitando os princípios. Creio que nós, do *Socialist Organizer*, temos mostrado respeito pelo trabalho que vocês têm desenvolvido e que continuamos a levar avante juntos. Não quer isto dizer que tenhamos varrido toda a escória dos altos e baixos do nosso próprio passado. Darei dois exemplos de racismo só muito tenuemente disfarçado no movimento operário, mesmo nas suas fileiras mais progressistas. O



Marcha contra a guerra, 18 de Março de 2023, em Washington

primeiro exemplo diz respeito ao *Labor Party* formado em Cleveland em 1996; o segundo exemplo refere-se ao golpe dado pelo SWP aos activistas negros que se reuniram na convenção nacional do NBIPP de 1981.

Quanto ao primeiro ponto, o do *Labor Party* formado em Cleveland em 1996 e que durou cerca de seis anos: em todas as suas três convenções, a direcção do *Labor Party*, chefiada por Tony Mazzocchi, recusou-se a apoiar a resolução apresentada pelo *Black Caucus* (comissão negra) do *Labor Party* para exigir um novo julgamento para Mumia Abu-Jamal, com a justificação de um dos sindicatos filiados no *Labor Party*, de Filadélfia, considerava Mumia um “mata-polícias” – pouco importando que se acumulavam as provas de que o julgamento tinha sido manipulado!

Muitos dos delegados ficaram furiosos com a recusa de sequer escutar os nossos argumentos, mas os burocratas trabalhistas fizeram bloco e ganharam. Não quiseram ceder um milímetro, temendo que uma resolução de apoio a Mumia fizesse um dos sindicatos fundadores sair do *Labor Party*, seguindo-se-lhe depois outros.

Aqueles que hoje nos juntamos para constituir o *Labor and Community for an Independent Party* (LCIP) (movimento operário e popular por um partido independente) estivemos entre os participantes no *Labor Party* que mais activamente agitaram a favor de Mumia. Nas convenções, colaborámos estreitamente com

dirigentes do BWFJ como Saladin, Ashaki, Shafeah M. e Ajamu D., denunciando a recusa racista de apoiar Mumia. Não admira que o *Black Caucus* saísse do *Labor Party*.

O segundo exemplo diz respeito ao *Socialist Workers Party* e ao congresso de 1981 do *National Black Independent Political Party* (Partido Político Independente Negro Nacional, NBIPP).

Lembrar-se-ão que mais de mil activistas negros se uniram para fundar o NBIPP. Este esforço teve forte oposição dos Democratas Negros e até de muitas forças conservadoras dentro da direcção do NBIPP. O NBIPP adoptou uma Carta muito progressista e inovadora, mas a direcção cedeu à pressão dos Democratas Negros e dos seus apoiantes no novo partido e recusou-se a imprimir e publicar a Carta para distribuição de massas. Tiveram medo da Carta e do seu potencial para galvanizar não somente uma ala significativa do movimento da Libertação Negra, mas também da classe operária branca.

Em vez de lutar, dentro do NBIPP, pela impressão e distribuição maciça da Carta, os quadros negros do SWP deram um golpe duríssimo ao NBIPP, avançando sozinhos e mandando imprimir a Carta do NBIPP sob a sua própria chancela do SWP – acção que deu à ala pró-Partido Democrático do NBIPP uma oportunidade de ouro de afastar a Carta e começar a sanear do NBIPP os quadros negros do SWP.

A intervenção do SWP foi vista por grande parte das bases do NBIPP como uma usurpação da autonomia e independência do partido. Muitos de nós, que éramos militantes de base do SWP, ficámos furiosos quando soubemos desta transgressão. Opusemo-nos à decisão e responsabilizámos a direcção do SWP por ela – decisão que, devo acrescentar, não era consentânea com a política anterior do SWP.

Lendo as posições de Trotsky sobre a luta de libertação dos negros ou até a resolução do SWP de 1963, “Freedom Now!”, vê-se que a acção celerada do SWP em relação à resolução do NBIPP virava costas ao legado revolucionário de Trotsky quanto à questão negra. Trotsky compreendia com muita clareza a prevalência do racismo na classe operária branca, mesmo entre os seus sectores mais avançados e progressistas.

Trotsky foi muito firme quanto ao lugar central que a luta pela autodeterminação de todos os povos que sofrem opressão nacional – especialmente o povo negro dos Estados Unidos – devia ocupar. Nós, no *Socialist Organizer*, enfileiramos nessa tradição. É um desafio, pois vivemos numa sociedade capitalista que usa uma miríade de maneiras para atirar trabalhadores de várias raças e nacionalidades uns contra os outros.

Sou forte adepto do quadro traçado na carta de convite. O Partido Mundial da Revolução Socialista terá de incorporar todas as várias tendências do movimento operário que são verdadeiramente anti-imperialistas, nas palavras e nos actos, que lutam realmente contra o capitalismo e pela revolução socialista mundial.

É um desafio, mas estou convencido de que estamos no caminho certo, como CORQI, para ajudar a levar o processo adiante.

Só que ele não pode ser levado a cabo unicamente por nós, como o camarada Daniel apontou. Tem de ser concertado com outras forças revolucionárias como a

tua; e só poderá ser forjado no diálogo aberto e no respeito mútuo, apoiando a autodeterminação dos povos oprimidos sem divorciar este esforço da luta pela emancipação da classe operária como um todo.

Não há lugar para relações de subordinação nem de instrumentalização neste processo. O que esperamos desta carta de convite é dar um passo em frente nesta direcção, do mesmo passo que envidamos esforços comuns na luta de classes – como creio que procurámos fazer com o UPP aqui nos Estados Unidos.

D.G.: Queria acrescentar uma coisa. O nosso intuito não é ganhar um ou outro grupo para a nossa organização, embora obviamente nos aprovesse se assim sucedesse. Nós compreendemos que a reconstrução do movimento operário internacional é algo de muito difícil e que se depara com muitos obstáculos.

O processo que estamos a discutir é complexo. Por isso pensamos que o primeiro passo é tentar travar lutas em conjunto e discutir desde já a realização de campanhas comuns e uma discussão comum. Compreendo o que dizes quando falas de ter cautela, e não só nos Estados Unidos, também noutros países, pois houve muita coisa que foi feita em nome do trotskismo que é obviamente contestável.

A nossa posição, que era a posição de Trotsky – e que é claramente manifestada nesta carta de convite – é de que, em função de um processo histórico concreto, o povo negro dos Estados Unidos tem um direito à autodeterminação.

Não é coisa de somenos. Direito à autodeterminação significa que, quaisquer que sejam as consequências e quaisquer que sejam as escolhas da classe operária negra, elas têm de ser apoiadas. Quando Trotsky discutiu esta matéria no início dos anos trinta, perguntaram-lhe o que pensava de Marcus Garvey, e ele disse: “Bom, não tenho a certeza de que o povo negro vá atrás da ideia de

uma nação de quatro ou cinco Estados nos Estados Unidos”; mas acrescentou: “Se a maioria do povo negro viesse a fazer essa opção, teríamos de apoiá-la.” O que passa pelo direito à separação. Continua a ser essa a nossa posição. Por isso dizemos que somos a favor de uma organização operária negra ligada à luta pelo *Labor Party*. E mesmo que, como primeiro passo, alguns sectores da classe operária negra viessem a formar a sua própria organização específica, o que pode passar por um partido político próprio, deveremos apoiá-lo como passo para a construção de uma organização operária independente de toda a classe operária.

É também por isso que apoiamos o direito à autodeterminação de todos os povos oprimidos de todo o mundo – de todos os povos que estiveram sujeitos ao governo colonial, ao domínio colonial, e dos que ainda estão sujeitos a esse domínio. Este anti-imperialismo não é, para nós, dissociável e separado da luta da classe operária como um todo. É a continuidade do movimento operário desde o tempo de Marx.

A segunda questão a suscitar é, a meu ver, a seguinte: temos razão em declarar que esta discussão tem de ser enquadrada no contexto internacional? Temos razão em olhar para a situação do povo negro nos Estados Unidos, relacionando-a com a classe operária negra do continente africano? Será ou não correcto incorporar na nossa discussão todos os problemas com que se debatem os trabalhadores em África?

Parece-me que a discussão que temos de alimentar com os camaradas da Azânia (África do Sul) é muito importante. Neste país, o povo negro fez uma verdadeira revolução, que abateu o regime do apartheid, mas debate-se agora com uma situação em que o governo, independentemente de auto-proclamações “comunistas”, “socialistas” ou outras, permanece subordinado às multinacionais

● DISCUSSÃO

>>> imperialistas e às instituições financeiras. O facto nu e cru é que ele apoia o domínio imperialista da Azânia. Por isso, damos todo o apoio às palavras de ordem dos nossos camaradas na Azânia “*por uma República Negra, pelo governo da maioria negra*”. Apelar ao governo da maioria negra na África do Sul tem conteúdo não só nacional e democrático, mas também social. Governo da maioria negra significa derrubar a minoria branca como parte do derrube do domínio das multinacionais imperialistas.

Este é o tipo de discussão que temos de levar a cabo para esclarecer e aprofundar a nossa análise na conferência. É por esse motivo que estamos interessados em que correntes políticas como a tua se associem a esta elaboração. Podia-se, por exemplo, imaginar discutir e, porventura, adoptar na conferência uma resolução sobre a actualidade da questão negra. Clarificaríamos deste modo a nossa posição como IVª Internacional.

Podia ser uma das questões a pôr na agenda da conferência, tal como podíamos discutir a questão da libertação do continente africano. Devíamos discutir com camaradas da África do Sul/Azânia, do Zimbábue, do Burundi e de outros países africanos – e preparar um projecto de declaração sobre a questão da libertação de África 60 anos depois da “independência” oficial, que é, sim, uma pseudo-independência de todos os países que continuam sujeitos ao domínio imperialista. É desta maneira que queremos orientar a discussão de preparação da conferência – conferência a que gostaríamos de associar camaradas de vários continentes.

N.L.: Prezo o que se disse. Creio, uma vez mais, que a conferência e o processo que a ela conduz devem dar passo à participação de camaradas não europeus como parte integrante da discussão central deste movimen-

to operário que é internacional, não nos permitindo nós seja deixarmos que nos vejam como apêndices seja funcionarmos como apêndices da discussão.

A própria natureza do imperialismo faz com que todas estas questões se liguem umas às outras. Sabemo-lo. Sabemos que os trabalhadores brancos da Europa e da América sofrem exploração no que diz respeito aos bens produzidos nesses países. Estas situações remontam a tempos coloniais, quando as potências coloniais retiravam a sua força vital da sua capacidade de extrair recursos humanos e mercadorias das nações colonizadas. Alguma da riqueza, algumas das contradições que estes trabalhadores vivem não são separáveis da pobreza e da morte e da doença que vemos nos sítios colonizados e despojados dos seus recursos.

São questões centrais. E, por isso, uma vez mais, me parece importante que façamos essa discussão e que se faça realmente um balanço revolucionário na perspectiva da classe operária.

Voltando à questão do documento sobre a libertação dos negros na América de que falámos, há que compreender que estão a começar a surgir tendências de direita na luta dos negros.

Na nossa luta de libertação nacional, há tendências nacionalistas de direita, que, se bem que não tenham demasiado peso, se estão a reforçar. Estão divididas ao meio sobre a questão das reparações. Temos, portanto, de estar politicamente armados para conseguirmos ter uma discussão de classe e revolucionária, sólida, na nossa comunidade negra, nos nossos bairros operários negros, de forma a podermos repelir essas tendências.

Portanto, sim, saio animado desta discussão. Tenho muita esperança de que consigamos preparar essas ideias e que gente como eu – e gente do continente africano, da Índia e da Ásia e da

América do Sul – possa vir preparada para participar mesmo nestas matérias, elaborar sobre elas e dar-lhes substância, à consideração não só dos nossos movimentos, mas de todos os trabalhadores.

Vamos mostrar que a vossa situação é inseparável da nossa situação. É assim que estamos ligados, e é assim que vamos avante. Parece-me uma via que temos para andar para a frente.

D.G.: A minha proposta é que transcrevamos toda a discussão. Mandamos-ta a ti e a nós três. Fazem-se todas a correcções que houver a fazer e publicamos esta conversa na nossa revista, juntamente com outras contribuições para a preparação da conferência.

Há poucas semanas, tivemos este mesmo tipo de muito interessante discussão com camaradas da Rússia que não se dizem trotskistas.

Iremos publicar algumas contribuições de camaradas de várias correntes, em preparação da conferência. Um próximo passo seria preparar dois projectos de resolução. O primeiro focaria o estádio da libertação da África. Pedimos aos camaradas em África que produzam um balanço do que ocorreu nos últimos sessenta anos: quais são os problemas com que hoje se debatem, com a continuação do saque da África como fonte de acumulação de riqueza nos países imperialistas. Assim, estaríamos estabelecendo a ligação entre a luta nos países imperialistas e a luta em África.

Também podíamos preparar, se concordasses, um projecto de resolução que tratasse da libertação do povo negro, dos trabalhadores negros – especialmente a classe operária negra na América hoje. Podíamos preparar esses projectos como parte da discussão internacional. Concordas com esta ideia?

N.L.: Uno-me veementemente a essa proposta.

Uma Contribuição da Alemanha

TOMANDO COMO BASE A conferência mundial contra a guerra e a exploração, por uma Internacional operária, do Outono de 2022, em Paris, devo notar que a posição do CORQI em matéria da renovação da IVª Internacional é correcta e é importante. Precisamos de uma Internacional operária e da solidariedade internacional dos trabalhadores, pois ninguém luta pelos direitos da classe trabalhadora, tem de ser ela própria a fazê-lo.

O capitalismo, na sua actual fase imperialista, actua de maneira cada vez mais desenfreada na sua avidez de poder e lucros. Os países ocidentais, com os EUA à cabeça e a NATO como força dissuasora, fazem tudo para defender e ampliar as suas pretensões de poder. A guerra na Ucrânia é apenas um exemplo de ambição de poder, tratando-se neste caso de enfraquecer as ambições do agressor, a Rússia, impedindo-a de, juntamente com a China, a Índia e o Brasil, desenvolver um novo pólo de poder, sendo estes países fornecedores de matérias-primas necessárias aos grandes grupos económicos e também mercados compradores procurados.

A guerra na Ucrânia já dura há mais de um ano. Apesar de fornecimentos cada vez mais maciços de armamento, não se conseguiu dar nenhuma segurança à população. Pelo contrário. O país é cada vez mais destruído. A reivindicação de fim do fornecimento de armas e negociações imediatas é, pois, mais do que justificada. Tal como a reivindi-

cação de retirada da Rússia, combinada com a de dissolução da NATO, fatora de guerra.

Por isso é igualmente importante que as tropas americanas saiam e retirem de todos os países em que estão estacionadas. A sua força de ameaça serve um único propósito, o de assegurar matérias-primas aos grandes grupos e a docilidade dos governos.

O capitalismo é um perigo para a humanidade, mas também para o ambiente do nosso planeta. Os governos nacionais fazem tudo para assegurar o poder das multinacionais.

No Afeganistão, veio, ultimamente, claramente ao de cima que as populações não interessam; travou-se lá guerra anos a fio. Em nome da “democracia”, fizeram-se promessas, acenderam-se esperanças e depois puseram-se rapidamente em fuga. Deixaram para trás as populações, especialmente as mulheres, que ficaram expostas à perseguição, à prisão e à violência. A Alemanha congelou o programa de ajuda a estas pessoas. Há actualmente meia dúzia de estruturas e associações voluntárias que, com a máxima cautela, tentam ajudá-las. Elas necessitam do máximo apoio e ajuda da nossa parte. É, contudo difícil estabelecer contacto, pelo medo de ficarem elas próprias na mira.

A união nacional que actualmente reina nos países ocidentais serve unicamente para assegurar o poder dos monopólios, em detrimento dos trabalhadores e do ambiente. Os sindicatos deveriam reconsiderar as suas reivin-

dicações e a sua política das últimas décadas. Querem continuar a fazer de estribo do capital ou querem lutar por outra sociedade, uma sociedade melhor, em que o homem e o ambiente estejam no primeiro plano? Há que desenvolver visões que ponham em marcha uma discussão de sociedade cujo objecto seja tirar o poder aos grupos económicos e transformá-lo em propriedade social. E voltar a ser o motor do movimento pela paz, dado que quem faz a guerra não são os trabalhadores, mas as elites dominantes. A solidariedade é um alicerce dos sindicatos, é preciso demonstrá-lo.

O Partido *Die Linke* (A Esquerda) está fracturado, pois também ele deixou, nas últimas décadas, de combater o capitalismo e de desenvolver a visão de uma sociedade socialista. Outro dilema é o da participação no governo, a espargata entre poder, programa do partido, governo, grupo parlamentar e oposição. Nos sítios em que está no governo, *Die Linke* ajuda a levar à prática todas as medidas anti-trabalhadores. Pode tal esquerda cumprir essa visão de uma sociedade socialista? Com a sua orientação política e no seu estado actual, não parece. É um SPD (Partido Social-Democrata) recauchutado.

Tal como precisamos de uma internacional operária, precisamos, como seu fundamento, de um partido dos trabalhadores que lute por uma política operária e por um governo dos trabalhadores.

P. H., sindicalista (Turíngia)

● DISCUSSÃO

Uma Contribuição do Afeganistão

A unidade garantirá a nossa vitória!
Construir um mundo sem guerra e sem desigualdades é possível realizando o socialismo operário!

O MUNDO EM QUE VIVEMOS está num estado de constante fluxo, acontecimentos e tendências dando forma às paisagens políticas, sociais e económicas dos países pelo mundo fora. Uma dessas tendências é o declínio do imperialismo, que se caracteriza por guerras sangrentas, migrações, crises económicas, o reavivar do fascismo, destruição ambiental e violações generalizadas dos direitos humanos. Devido à sua existência parasitária, o imperialismo tem sido a causa de numerosos conflitos e guerras e dado azo à exploração e opressão generalizadas dos trabalhadores e de grupos marginalizados.

As guerras imperialistas, abertas ou ocultas, travam-se para manter ou expandir os interesses económicos e políticos das potências imperialistas. São amiúde acompanhadas de propaganda e desinformação a justificar o uso da força e para conseguir apoio público. As perdas humanas nestas guerras são muito elevadas, morrendo milhões de pessoas pela violência, pelos desalojamentos e traumatismos.

A causa profunda das guerras imperialistas é o sistema capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro acima de tudo. O capitalismo cria uma sociedade em que uma pequena classe de proprietários e investidores con-



Reunião do Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs em Kabul, 25 de Novembro de 2022

trola a maioria da riqueza e dos recursos, enquanto a vasta maioria das pessoas se esfalta para satisfazer necessidades básicas como comida, alojamento e cuidados de saúde. Esta desigualdade económica é uma injustiça fundamental, alimentando instabilidade e dando azo a crises e conflitos.

Neste contexto, a unidade internacional dos trabalhadores é necessária para lutar contra o imperialismo e lograr um mundo com mais equidade e mais justo. A luta contra a exploração e a opressão é uma luta mundial, sendo a solidariedade entre os trabalhadores, as mulheres e a juventude necessária para criar um movimento poderoso que, sob a direcção do internacionalismo proletário, possa desafiar o *statu quo*.

A *Left Radical of Afghanistan* (Esquerda Radical do Afeganistão, LRA) concorda com as propostas e os conteúdos para debate referidos no convite à conferência internacional pela

reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista” no outono de 2023.

É absolutamente necessário que as forças marxistas, do movimento operário e democrático encontrem plataformas comuns que criem o chão para formas de cooperação global e estreita e, em última análise, para a formação de um só partido.

Hoje, o movimento operário marxista padece de fragmentação, falta de coesão e coordenação. É dever de todas as forças dirigentes do movimento operário e marxistas fazerem a sua parte do trabalho pela unidade e cooperação no movimento mundial da classe trabalhadora. Como organização marxista, adepta do princípio do internacionalismo proletário, a LRA apoia o esforço dirigido ao estabelecimento da IVª Internacional e do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Aceleração da ofensiva imperialista mundial e recuo do movimento operário depois da queda da União Soviética

A queda da União Soviética em 1991 marcou uma viragem significativa da paisagem política mundial, inaugurando uma nova era de expansão imperialista e de aprofundamento da crise do movimento operário global. Durante décadas, a União Soviética fez de contrapeso ao Ocidente capitalista, apoiando movimentos ditos socialistas e países de propriedade estatal pelo mundo fora, oferecendo uma visão alternativa da sociedade, assente na propriedade não privada e numa economia planeada. Contudo, chegados aos anos oitenta, a economia soviética estava estagnada por causa da burocracia e da exclusão da classe trabalhadora do papel dirigente no Estado, tendo a política repressiva do Estado cavado uma distância profunda entre a classe trabalhadora e as autoridades.

Mikhail Gorbachev, que viria a ser secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética em 1985, procurou reformar o sistema com as suas políticas de *perestroika* e *glasnost*. Se bem que estas políticas tivessem inicialmente gerado uma onda de optimismo e esperança de mudança no sistema soviético entre os Estados aparentados e os partidos filiados, estas medidas, por um lado, não respondiam às necessidades da classe trabalhadora nem reflectiam as fundações da economia socialista, e, por outro lado, a burocracia que mandava na União Soviética ainda mantinha toda a autoridade, o que acabou por dar passo ao colapso da União Soviética.

O colapso da União Soviética foi acelerado por uma combinação de factores, incluindo o desgoverno económico, a burocracia, a monopolização do poder e a repressão dos opositores

políticos, assim como as intervenções dos EUA e da NATO e o seu grande investimento no fundamentalismo islâmico, com o financiamento e armamento das forças islâmicas extremistas. Em 1991, um grupo de “comunistas” da linha dura tentou derrubar Gorbachev através de um golpe, mas esse seu desígnio acabaria por malograr-se.

A queda da União Soviética teve consequências profundas para a ordem política mundial. Os teóricos capitalistas e as suas empresas de comunicação de massas declararam o sistema capitalista como fim da história e analisaram como irrealista e contrária à psicologia humana a realização do mundo socialista e comunista. Mas não se ficaram pela propaganda hostil e venenosa, quiseram a vingança, matando, metendo na prisão e perseguindo “partidos comunistas” e forças da esquerda revolucionária. Os Estados Unidos emergiram como única superpotência mundial, e a globalização capitalista acelerou-se em moldes financeira e militarmente predatórios. Os anos noventa foram os anos do ascenso das políticas neoliberais, da privatização e desregulamentação, impondo os governos capitalistas, sob pressão dos Estados Unidos, do FMI e do Banco Mundial, planos de austeridade para eliminar as conquistas da classe trabalhadora nos sectores da saúde, educação e protecção social.

O período marcou igualmente uma viragem para o movimento operário global. O colapso da União Soviética deixou os movimentos de libertação de esquerda e os partidos “socialistas” e “comunistas” sem solidariedade significativa, sem uma fonte de apoio político e espiritual, vendo-se muitos desses movimentos em dificuldades para sobreviver aos ataques fisicamente letais, às políticas económicas neoliberais e à repressão política. Na ausência de uma visão alternativa forte, como era a percepção da União Soviética, o movimento operário de muitos países frag-

mentou-se e enfraqueceu, sofrendo muitas cisões. Em alguns casos, vários partidos de esquerda importantes declararam oficialmente a sua dissolução, aderindo os seus governos ao campo imperialista e à aliança atlântica da NATO. Alguns militantes de esquerda passaram a ideólogos capitalistas, escrevendo livros a desacreditar e refutar as teorias marxistas e a luta de classes, de modo a ganharem a simpatia dos capitalistas e leiloarem as suas pessoas ao melhor pagador.

A queda da União Soviética teve também um impacto profundo na percepção do socialismo e da natureza da revolução pela esquerda revolucionária. Muitos militantes da esquerda revolucionária não ficaram chocados, tendo manifestamente previsto as consequências do que acontecera na União Soviética. Como, depois de Lenin, a União Soviética não era reconhecida como modelo de socialismo e de Estado operário, o seu colapso permitiu-lhes aprender lições e abrir novas perspectivas sobre as teorias marxistas e métodos de luta de classes. Para os marxistas, a queda da União Soviética não significa a refutação da viabilidade do socialismo, nem da importância da luta de classes, nem da necessidade da destruição da propriedade privada dos meios de produção, nem do planeamento central e da propriedade colectiva. Para os marxistas, pôs, pelo contrário, em evidência o papel da direcção da classe operária, da democracia operária e o carácter internacional da revolução socialista.

Vantagens e inconvenientes da queda da União Soviética e da sua desastrosa derrota no Afeganistão

Como se discutiu, o colapso da União Soviética teve as suas vantagens e desvantagens. Quer

● DISCUSSÃO

>>>

se queira quer não, a derrota da União Soviética foi interpretada como a derrota do socialismo e a vitória do sistema capitalista. Se bem que a natureza do sistema que dominava a União Soviética estivesse longe de ser o socialismo dos trabalhadores, em última análise o seu malogro não foi do interesse da classe trabalhadora como um todo. Se é verdade que a derrota da União Soviética originou o fim da enorme burocracia e aristocracia do partido que chocavam com os interesses da classe trabalhadora, mais importante é que foi um momento de catástrofe e um golpe duro contra a classe trabalhadora mundial, dando ensejo a ataques desenfreados dos brutais regimes capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos contra os interesses, conquistas e liberdades da classe trabalhadora e ao desencadeamento de sangrentas guerras de depredação e destruição em todo o mundo.

O Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA) fez um golpe de Estado, em 1978, com a ajuda da União Soviética, substituindo a “República do Afeganistão” pelo governo da “República Democrática do Afeganistão”. Estando o próprio Partido Democrático Popular do Afeganistão minado por conflitos intestinos e dividido em dois ramos, o “Partido Khalq” e o “Partido Parcham”, não lhe era possível sobreviver face às forças políticas adversas. Assim, em 1979, forças militares da União Soviética invadiram directamente o Afeganistão.

A União Soviética considerava a ocupação do Afeganistão como uma ponte para realizar o seu sonho de levar a efeito uma estratégia de domínio do mundo e ganhar a competição com o mundo ocidental, especialmente a América. A invasão do Afeganistão pela União Soviética foi feita em nome da “ajuda internacional” e da defesa do governo do “Partido Democrático Popular do Afeganistão” contra os ataques do imperialismo americano. A política e as acções

da União Soviética e do seu governo fantoche em Cabul iam completamente contra os interesses da classe operária e do povo trabalhador do Afeganistão, não conseguindo ganhar o apoio do povo. À medida que a resistência popular contra as forças de ocupação e o governo do PDPA se intensificava, intensificou-se igualmente a repressão, as mortes e prisões de resistentes. Os serviços de espionagem da União Soviética e o PDPA, especialmente nos primeiros anos do seu regime, mataram e prenderam milhares de marxistas opositores (maoístas), forçando-os a aderir aos partidos islâmicos de oposição. As reformas económicas e sociais instauradas pelo PDPA eram incompatíveis com as condições objectivas e subjectivas do povo afegão, e o governo do PDPA não tinha capacidade nem competência para levar à prática ou apoiar os seus próprios decretos e reformas. Por outro lado, a agressão da União Soviética ao Afeganistão deu a possibilidade aos Estados Unidos, aos países ocidentais, à Arábia Saudita, ao Irão e ao Paquistão de entrarem abertamente no campo de batalha e treinar e financiar os mujahidin do Afeganistão. Os EUA e aliados, com a ajuda do mundo árabe, especialmente da Arábia Saudita, instrumentalizaram o Islão, criando partidos islâmicos fundamentalistas, para derrotar a União Soviética. Anunciaram que o Islão estava em perigo e propagandearam a guerra no Afeganistão como jihad, uma guerra entre os infiéis e o Islão. Os actuais terroristas Gulbuddin Hekmatyar, Osama bin Laden e outros eram ontem os heróis dos governos ocidentais e árabes.

Assim, nos últimos 150 anos de história, o golpe de 1978 é considerado o tiro de partida do caos e da instabilidade, o campo de batalha por procuração da União Soviética e dos Estados Unidos, sendo o povo do Afeganistão a sua vítima. A agressão da União Soviética, por um lado, infamou e desacreditou o social-



ismo no mundo e, por outro lado, fortaleceu o fundamentalismo islâmico, eliminando ou enfraquecendo as forças marxistas e os movimentos revolucionários independentes no Afeganistão.

“Revolução democrática”, “democracia popular como primeiro degrau na escada para o socialismo”, “abolição da exploração do homem pelo homem”, “igualdade entre homens e mulheres”, igualdade de direitos de todos os grupos étnicos, etc., que eram conceitos sagrados, respeitados e acarinhados pelos operários, trabalhadores, mulheres e minorias, foram traídos pelo PDPA e exibidos a uma luz insultuosa e odiosa. Esta situação causou prejuízos irreparáveis à “revolução operária”, ao “socialismo” e à palavra de ordem “casa, pão e roupa”, hipotecando a luta futura da classe trabalhadora e dos revolucionários.

Resumindo, a queda do “social-imperialismo” e a sua derrota no Afeganistão deixaram marcas várias nas forças marxistas e pró-trabalhadores do Afeganistão e do mundo. Apesar das suas falhas, a União Soviética tinha sido um farol da esperança socialista de milhões de pessoas por todo o mundo. A sua queda e o triunfo do neoliberalismo no Ocidente representaram um revés profundo para a luta mundial pela paz, pelo socialismo, pela liberdade e pela igualdade. Do mesmo passo, porém, a derrota da União Soviética no Afeganistão e a sua sucessiva queda também trouxeram a queda da burocracia soviética, que foi responsável por tantas guerras sangrentas, tanto sofrimento e repressão. O derrube da casta burocrática que dominara o Es-

tado soviético durante décadas dá ensejo ao aparecimento de um socialismo democrático mais humano e ao papel dirigente da classe trabalhadora.

Ocupação do Afeganistão pelo imperialismo americano e pela NATO em 2001 e posterior restauração dos talibãs em 2021 na perspectiva da análise leninista do imperialismo como “reação em toda a linha”

A análise do imperialismo de Vladimir Lenin tem mantido a sua relevância a mais de um século da sua publicação. Ela relevou a natureza brutal e exploradora do imperialismo, que Lenin caracteriza como “*reação em toda a linha*”. Para Lenin, o imperialismo era a consequência natural do capitalismo e dava inevitavelmente passo à promoção do fascismo, às crises económicas, à invasão e ocupação de outros países e à guerra entre potências imperialistas.

Os recentes acontecimentos no Afeganistão ilustram o conceito de “*reação em toda a linha*”, particularmente a agressão dos Estados Unidos e da NATO em 2001, a pretexto de combater o terrorismo e de restaurar a democracia e os direitos das mulheres, e o regresso ao poder do mesmo grupo terrorista e misógino dos talibãs vinte anos mais tarde. As guerras sanguinárias no Afeganistão, no Iraque, na Síria, na Líbia, na Ucrânia e não só não são fruto da vontade pessoal de Bush, Biden e Putin, mas da natureza intrínseca do imperialismo, que Lenin correctamente caracterizou.

Em 2001, após os acontecimentos do 11 de Setembro, a NATO, sob a direcção dos Estados Unidos, invadiu o Afeganistão, derrubando o regime dos

talibãs. Formaram no país um governo composto por senhores da guerra, violadores dos direitos do homem e espíões de origem ocidental. A ocupação do Afeganistão decorria dos interesses imperialistas dos Estados Unidos e dos seus aliados, nisso se incluindo o deslocamento da guerra de dentro das suas fronteiras para o exterior, a diversão da atenção da população das desigualdades económicas e sociais internas, a pilhagem dos recursos naturais do Afeganistão e o lucrativo comércio do ópio. E, por fim, a obtenção de influência estratégica na região de modo a realizar o cerco da Rússia, da China e do Irão. A guerra durou vinte anos. Nenhuma obra de infra-estrutura foi realizada. O desemprego e a insegurança empurraram mais de 5 milhões de afegãos para a emigração. A pobreza e a fome fizeram com que muitos vendessem filhos e órgãos, aumentaram as violências familiares contra as mulheres e as crianças, espalharam-se a corrupção administrativa e a anarquia. Na presença dos Estados Unidos e da NATO, o Afeganistão passou a ser uma plataforma giratória da produção de ópio e teatro da emergência de vinte grupos terroristas islamistas. Ao longo dos vinte anos de ocupação, mais de 1 milhão de afegãos foram mortos ou mutilados em bombardeamentos aéreos, por armas modernas e em violação das leis da guerra pelos Estados Unidos, pela NATO e pelo governo fantoche em Cabul.

Estes acontecimentos no Afeganistão ilustram o conceito de “*reação em toda a linha*” de Lenin a vários títulos. Em primeiro lugar, a invasão e ocupação do Afeganistão resultam da natureza da

pilhagem imperialista, que, em cada crise, procura o seu próprio lucro. Depois, a decisão dos Estados Unidos de retirarem as suas forças e restaurarem o governo talibã pode ser considerada como uma medida reaccionária, que prova que o imperialismo se está nas tintas para os direitos humanos, a democracia e os direitos das mulheres. As guerras e intervenções no mundo realçam a natureza exploradora e opressora do imperialismo e relevam a actualidade e pertinência da análise do imperialismo de Lenin.

A questão chinesa e a situação das forças da esquerda revolucionária afegã inspiradas pela revolução chinesa

A questão da China, da revolução chinesa e do seu legado continua a ser objecto de discussão e análise nos partidos marxistas e no movimento operário do mundo inteiro. A compreensão da revolução chinesa e do seu impacto no mundo, assim como a inspiração que dela tiram as forças de esquerda no Afeganistão, são questões complexas, que apresentam múltiplas facetas.

Muitos grupos revolucionários e tendências de esquerda activos no Afeganistão hoje foram politicamente formados por organizações nascidas nos anos sessenta e inspiradas pelas revoluções chinesa e russa. As organizações inspiradas pela revolução chinesa tentaram iniciar mudanças sociais e políticas por meios revolucionários, usando a revolução chinesa como modelo da sua luta. Dadas as muitas semelhanças entre as sociedades afegã



Raparigas olham para a escola donde foram expulsas pelos talibãs em Herat

● DISCUSSÃO

>>> e chinesa, como a economia semi-feudal e, ao mesmo tempo, o domínio das relações capitalistas, uma população maioritariamente rural e camponesa, baixa taxa de alfabetização, grande pobreza, violência contra as mulheres, dependência da religião e de uma cultura atrasada, as organizações da esquerda revolucionária seguiram completamente a estratégia e as táticas da revolução chinesa. Dividiram a revolução em duas etapas, democrática e socialista. Seguiram a tática da formação de uma “frente unida nacional” e de “cerco das cidades pelos campos”. A maior parte dos livros e textos marxistas que as organizações revolucionárias de esquerda recebiam eram traduzidos por organizações de esquerda iranianas. A maior parte dessas organizações não julgava necessário estudar os trabalhos de Marx, Engels, Lenin ou de outros dirigentes do movimento operário, achando que as suas obras foram escritas para os países desenvolvidos europeus e ocidentais e que, pelo contrário, as obras de Mao integravam o marxismo nas condições de países como a China e o Afeganistão, podendo, portanto, responder facilmente a todos os problemas postos pela revolução e pela luta no Afeganistão.

No Afeganistão, os militantes de esquerda que seguiram a União Soviética acreditavam no parlamentarismo, nos métodos pacifistas e numa perspectiva de desenvolvimento não capitalista. Já os inspirados na revolução chinesa acreditavam na luta armada e na revolução violenta. Por esse motivo, quando o Partido Democrático Popular do Afeganistão (pró-soviético) organizou um golpe de Estado e, depois, a União Soviética invadiu o Afeganistão, as outras organizações de esquerda (pró-chinesas) mantiveram-se na oposição e lançaram-se na luta armada.

Nos anos oitenta, quando o Afeganistão estava ocupado pela União Soviética, o governo chinês pôs-se do lado da frente ocidental e do imperialismo americano contra a União Soviética, ajudando os mujahidin afegãos e os partidos fundamentalistas. Uma das críticas da

Organização Maoista de Esquerda do Afeganistão ao Partido Comunista Chinês foi a falta de independência da China do imperialismo americano. A política prosseguida pelo governo chinês na guerra do Afeganistão levou ao reforço dos partidos fundamentalistas islâmicos e ao enfraquecimento e à supressão do movimento das mulheres e das forças revolucionárias, democráticas, laicas e de esquerda no Afeganistão. A traição do “Partido Comunista” da China às forças democráticas de esquerda e às mulheres do Afeganistão não tem menos importância do que a traição dos Estados Unidos e dos países árabes vizinhos. Foi com armas fornecidas pela China que o partido islâmico de Gulbuddin Hekmatyar e o partido islâmico Jamiat de Burhanuddin Rabbani mataram e assassinaram centenas de membros das duas principais organizações maoistas do Afeganistão, a Organização de Libertação do Afeganistão e a Organização pela Liberdade do Povo do Afeganistão, bem como milhares de intelectuais e democratas.

Ontem, o “Partido Comunista” e o governo chinês apoiavam a invasão e ocupação do Afeganistão pelos Estados Unidos e pela NATO. E mesmo hoje, com os talibãs no poder, o governo chinês tem acordos, secretos e públicos, com o regime misógino, antilibertades e obscurantista dos talibãs.

É claro que não se considera o “Partido Comunista Chinês” um partido comunista, nem o sistema político-económico na China corresponde aos princípios e critérios socialistas. No entanto, a revolução democrática de 1949, sob a direcção do Partido Comunista, trouxe mudanças profundas à estrutura económica, política, social e cultural da sociedade chinesa. A China passou de país atrasado e colonizado ao estádio de país independente e livre. Hoje a China é um grande país industrializado e moderno, que é a segunda maior economia do mundo. Hoje, ela tenta ajudar os países em vias de desenvolvimento do mundo inteiro, nomeadamente na América Latina e em África, a tornarem-se autónomos e desembaraçarem-se da dependên-

cia dos Estados Unidos. A criação de alianças e organizações de cooperação económica e política como os BRICs, os acordos de Xangai, etc., são uma estratégia da China para pôr termo à hegemonia do imperialismo americano. É exactamente por ocupar a primeira posição económica, industrial, tecnológica e militar no mundo que o imperialismo americano e os seus aliados têm medo da China e tentam provocar guerra em Taiwan.

Por outro lado, todavia, como qualquer regime não socialista com uma burocracia institucionalizada, a China padece de injustiças, de privações impostas à classe operária e de falta de liberdades. Na China, o Partido Comunista tornou-se numa casta de foras-da-lei que usurpa o papel dirigente da classe operária e reprime brutalmente toda a oposição e toda a crítica. A China, como a União Soviética, é conhecida no estrangeiro como país socialista, e as infaustas consequências da sua política revertem em descrédito do socialismo.

O governo chinês nunca, nem no passado nem no presente, ajudou, com a sua política conservadora, nenhum movimento revolucionário e democrático. Os seus interesses próprios passaram à frente, em toda a parte e a todo o momento. Nos termos desta política autocrática, a China apoiou os grupos fundamentalistas islâmicos na guerra do Afeganistão dos anos oitenta, ao lado dos Estados Unidos e da NATO. Hoje negocia com o regime paquistanês, que está na origem dos grupos terroristas, com o regime iraniano e com os talibãs.

A pertinência da revolução permanente para as lutas actuais dos trabalhadores, mulheres e jovens no mundo e no Afeganistão

O conceito de revolução permanente mantém a sua pertinência na época contemporânea. Na sua essência, ele destaca a necessidade de a classe operária continuar

a lutar pelas suas reivindicações democráticas, nacionais e anti-imperialistas em conjugação com as reivindicações socialistas, servindo-se de métodos revolucionários para alcançar estes objectivos.

A luta das mulheres no Afeganistão de hoje é um exemplo claro da continuidade da ideia da revolução permanente. Foi por tomar consciência desta necessidade que a Esquerda Radical do Afeganistão (LRA) pôde estar na vanguarda da luta contra o imperialismo, contra o nacionalismo e contra a política islamista. A LRA sabe que a luta pelas reivindicações pela liberdade das mulheres, pelos direitos dos trabalhadores, pela laicidade e pelas liberdades civis não é um fim em si mesmo, mas indissociável das lutas mais vastas pela transformação democrática e socialista.

A LRA considera que a luta pelos direitos das mulheres não se pode separar da luta contra o imperialismo e o capitalismo, que foi um dos aspectos marcantes na história recente do Afeganistão. A invasão e ocupação do Afeganistão pelos Estados Unidos e pelos seus aliados e, depois a transmissão do poder aos talibãs em Agosto de 2021, intensificaram as desigualdades e a pobreza já existentes e criaram novas formas de opressão, particularmente para as mulheres. A LRA afirma que o governo imperialista e as suas forças mercenárias no Afeganistão não têm nenhum interesse em promover os direitos das mulheres nem de qualquer outro grupo oprimido.

Em resposta aos desafios colocados pelo regime talibã, a LRA defende uma posição revolucionária independente pela liberdade das mulheres e pelos direitos dos trabalhadores e das minorias. Esta posição dá destaque à necessidade de participação plena de todas as camadas oprimidas e desvalidas da sociedade e, inclusivamente, ao papel de vanguarda das mulheres na luta pela transformação democrática e socialista. Reconhece que a libertação das mulheres e a satisfação das reivindicações “trabalho, pão e liber-

dade” são inseparáveis da luta mais geral pela liberdade e pela igualdade.

Em todas as sociedades de classes, a níveis diferentes, as mulheres estão privadas de direitos fundamentais e de possibilidades de progredirem, sendo sujeitas a violências e discriminações baseadas no sexo. A LRA tem perfeita consciência da importância da solidariedade internacional nas suas lutas. Compreende que a luta pela libertação das mulheres e o movimento pela paz e pela justiça contra a guerra e a exploração não se limitam ao Afeganistão. É uma luta mundial que requer o apoio e a solidariedade das mulheres, dos trabalhadores, dos jovens e de todos os oprimidos do mundo inteiro.

A LRA tem, sobretudo desde o regresso dos talibãs ao poder, em 2021, participado com todas as suas forças no movimento de protesto das mulheres no Afeganistão. Somos uma componente importante do Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs (SMAW), fundado por mulheres socialistas, feministas, laicas e democratas em torno da palavra de ordem “Pão, trabalho, liberdade”. O SMAW é hoje conhecido como pioneiro da luta pelas liberdades civis, pelo direito ao trabalho para todos, pela educação das mulheres e contra o emirado islâmico e a intervenção do imperialismo e dos países vizinhos. O Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs não anda hoje atrás dos governos dos países imperialistas, nem da pretensa comunidade internacional, nem das Nações Unidas para obter a satisfação das suas reivindicações, tenta consegui-las por manifestações de rua no Afeganistão e campanhas de solidariedade de outras mulheres e forças progressistas de todo o mundo.

As principais reivindicações dos trabalhadores, das mulheres e da juventude no âmbito da

luta contra o imperialismo e o regime talibã, na via de um governo dos trabalhadores

Enquanto o mundo observa tranquilamente a crise em curso no Afeganistão, a nossa prioridade reside na luta contra a intervenção do imperialismo e dos governos vizinhos e na luta pelo derrube do regime dos talibãs e pela rejeição da frente de resistência dos antigos chefes de guerra e da oposição composta por jihadistas e nacionalistas étnicos e religiosos. No meio disto tudo, as mulheres e o povo afegãos batem-se pelos seus direitos fundamentais, como o pão, o trabalho, a educação e a participação na sociedade.

O governo talibã actual tem sido amplamente criticado pelas suas políticas de opressão das mulheres, das minorias e das vozes dissidentes. O regresso ao poder dos talibãs fez igualmente recuar um regresso aos dias sombrios do seu antigo regime, caracterizados por interpretações brutais da lei islâmica e por violações dos direitos do homem. É nossa convicção que um governo mais democrático e inclusivo que apoie os direitos das mulheres e ofereça oportunidades iguais a todos é impossível sob o regime talibã.

Em conclusão, a situação actual no Afeganistão é complexa e difícil, mas as reivindicações do povo afegão continuam claras: o fim da intervenção dos Estados Unidos, da NATO, da China, da Rússia e dos países vizinhos, um governo mais democrático e inclusivo dirigido pela classe trabalhadora e pelos oprimidos. Sendo a “comunidade internacional” desonesta na forma de responder à crise afegã, é imperativo que nos concentremos, nós, nas nossas próprias respostas independentes e contemos com a capacidade dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens para realizar uma sociedade libertada da guerra, da exploração e da opressão.

● HISTÓRIA

Há 50 anos

Chile, Setembro de 1973: o Golpe de Estado de Pinochet

NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 1973, UM golpe de Estado dirigido pelo general Pinochet permite ao exército tomar o poder. O palácio presidencial de La Moneda é bombardeado. O presidente da *Unidad Popular*, Salvador Allende, encontra a morte. Nos dias que se seguem, dezenas de milhar de trabalhadores e jovens são executados. Os bairros operários são bombardeados. A tortura toma proporções dantescas. Cortam-se as mãos dos artistas. E assim sucessivamente. O movimento operário é decapitado. Milhares são forçados ao exílio.

Três anos antes, no dia 4 de Setembro de 1970, era, todavia, eleito um presidente representante de uma coligação de esquerda: a Unidade Popular.

E, uma semana antes do golpe de Estado, 800 mil trabalhadores manifestavam-se nas ruas da capital (por ocasião do terceiro aniversário da eleição de Allende).

Reclamavam ao governo de Unidade Popular armas para lutar contra os fascistas.

Sete dias mais tarde, a classe operária é entregue, desarmada, sem palavras de ordem, sem direcção, à repressão mais sangrenta.

Como fora possível tal reviravolta? O que possibilitou o golpe de Estado?

No início do mês de Setembro de 1973, não tinham ainda as sinistras novidades chegado do Chile, a nossa corrente alertava: “No Chile, a imensa maioria do povo operário e camponês levantou-se para acabar com a exploração e a opressão. Em nome da frente popular, impedem-no de levar esta grande tarefa a cabo. Os chefes da



11 de Setembro de 1973
nas ruas de Santiago

Unidade popular estão a preparar directamente a contra-ofensiva do imperialismo. Os bandos armados que actuam à luz do dia, o corpo de oficiais reaccionários, a burguesia local, todos eles se preparam, na sombra do regime da Unidade Popular, para rechaçar o proletariado chileno. Chegado o momento, varrerão Allende. Assente como está na vontade de acatar e fazer acatar o Estado burguês e a propriedade privada dos meios de produção, a Unidade Popular abre caminho à contra-revolução” (do editorial de *Informations ouvrières*, cuja continuidade política é hoje assegurada por *La Tribune des travailleurs*).

Alguns dias depois, o prognós-

tico revelou-se – infelizmente – exacto. Compreenda-se o porquê.

Para isso, é indispensável voltar atrás. O desenvolvimento económico do Chile esteve, desde o século XIX, subordinado ao capital estrangeiro, particularmente britânico, depois norte-americano. Mantivera-se e consolidara-se, do mesmo passo, a propriedade latifundiária. Em 1965, 700 famílias dominam ainda o país. 5,4% das explorações ocupam cerca de 87% do solo, ao passo que 120.000 famílias camponesas possuem, em média, menos de 2 hectares de terra (no total, portanto, 0,7% da terra arável). O país é rico em minério de cobre, ferro, carvão, metais não

ferrosos. Ao Chile fica, assim, atribuído, no esquema da economia capitalista mundial, um papel de produtor de matérias de origem agrícola e mineira. A burguesia comercial e a aristocracia fundiária servem de correias de transmissão do imperialismo mundial. A burguesia compradora, vendida ao imperialismo, detentora de recursos dependentes de ela se subordinar ao mercado mundial, não desenvolve a produção.

Um número ilustra-o. Os capitalistas americanos investem 3 milhões de dólares na indústria do cobre. Tiram lucros de 4.500 milhões de dólares, dos quais restituem apenas 2.300 milhões ao Estado comprador. A burguesia parasitária, que vive dos subsídios do imperialismo que explora as riquezas do seu país, desenvolverá a produção apenas em função das necessidades do imperialismo.

Em contrapartida, a classe operária chilena tem uma longa tradição de organização e luta. No início do séc. XX, constitui-se a Federação Operária Chilena. Em 1912, funda-se o Partido Operário Socialista (POS) chileno, que adopta uma posição de independência de classe, chamando à ruptura com a burguesia muito antes de muitas outras organizações da América Latina.

O seu dirigente, Recabarren, alicerçará o movimento operário numa concepção quer de frente única quer de independência. Pouco depois da revolução russa, o POS adere na totalidade à Internacional Comunista (IC). Sem cisão.

Em 1932, constituem-se soviets, base de uma efémera República Socialista. Todas estas tradições de independência de classe tornarão difícil ao aparelho internacional do estalinismo normalizar o movimento operário chileno. Tanto mais que o PC chileno, ao aderir muito cedo à IC, tivera tempo para ter contacto com Trotsky e os dirigentes da revolução russa.

Em 1932, metade do partido e dos seus quadros é expulsa. Em

1936, os estalinistas lançam uma campanha contra o legado de Recabarren. De 1938 a 1947, várias combinações governamentais de frente popular redundam numa derrota, em Outubro de 1947, após uma greve geral de quarenta dias.

A classe operária encontra maneira de reconstituir a sua central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1953. Os trotskistas ocupam posições significativas nela – que perderão no contexto da crise da IVª Internacional.

A classe operária chilena tem longa tradição de organização e luta

O que irá, assim, preparar a vitória de Allende é um movimento operário estruturado, que, apesar do estalinismo, integra o direito de tendência, e uma tradição de luta de classe.

A partir de 1968, a ocupação de terras é um processo permanente, organizações camponesas apelam a greves gerais. Em Abril de 1968, a greve paralisa os portos, alastra às estações dos correios. No mês de Maio, há uma greve de professores que dura cinquenta e oito dias.

Por ocasião do 1º de Maio de 1969, a CUT opera uma verdadeira demonstração de força nas manifestações. Os mineiros estão em greve. E, algumas semanas antes da eleição de Allende, a CUT apela à greve geral.

Para se medir a profundidade da radicalização: um texto explica que *“a violência revolucionária é inevitável e legítima. Ela resulta do carácter repressivo e armado de um governo de classe. Constitui a única via para a tomada do poder político e económico, a sua defesa e ulterior consolidação. Só destruindo o aparelho burocrático dos militares do Estado burguês se poderá consolidar a revolução socialista. As formas pací-*

ficas ou legais de luta não conduzem, por si mesmas, ao poder. Afirmamos a independência de classe da frente dos trabalhadores, considerando que a burguesia nacional é aliada do imperialismo e, na prática, seu instrumento, acabando, conseqüentemente, por ser irreversivelmente contra-revolucionária.”

Este texto não emana da secção chilena da IVª Internacional, mas do congresso do PS de Novembro de 1967.

Em 1970, um quarto da população de Santiago está no desemprego. A situação exige, no ponto de vista das massas, a expropriação radical dos latifúndios e a expropriação e nacionalização das empresas e bancos estrangeiros. Para isso, é preciso livrar-se do garrote imperialista. São medidas que exigem quebrar a resistência da burguesia.

Face a este surto popular, que ameaça o governo do democrata-cristão Frei, o PC Chileno toma posição por um governo de frente popular que integre todas as forças, *“partido socialista, partido social-democrata, maioria do partido radical e boa parte do partido democrata-cristão”*. A democracia cristã está então no poder, o aparelho estalinista procura uma aliança com uma fracção da burguesia. Uma cisão da democracia cristã à “esquerda” permitirá constituir o Movimento de Acção Popular Unitário (MAPU). Buscam-se ainda contactos do lado do partido radical, ligado aos interesses de sectores da burguesia nacional. Ir-se-á mesmo criar outra organização burguesa, chamada “Acção Popular Independente”. Tudo, para dar substância a uma aliança dos partidos operários com os partidos burgueses, para encarnar a ligação à burguesia.

No dia 1 de Outubro de 1969, há cinco candidatos possíveis para representar a “esquerda”, três dos quais burgueses. Fazem-se manobras, meses a fio, para evitar que surja uma candidatura operária de ruptura, conjunta, do PC e PS. Mas os militantes de base multiplicam as petições e manifestações

● HISTÓRIA

>>>



**Salvador Allende,
quando das eleições legislativas
de de Março de 1973**

a exigir um candidato dos partidos operários. A direcção do PC é obrigada a virar. Faz-se um acordo pelo nome de Salvador Allende.

Em Dezembro de 1969, é assinado um acordo de campanha eleitoral. O acordo faz referência à constituição de comités de unidade popular. As massas, já em movimento, apoderam-se da ideia. 14 mil comités populares constituem-se nos bairros, fábricas, bairros de lata, terras, universidades, prédios. Os comités populares multiplicam as greves e ocupações de terrenos.

No dia 8 de Julho de 1970, a CUT apela a uma greve geral de vinte e quatro horas. Em Santiago, 700 mil operários param o trabalho. A classe operária mobiliza-se, fisicamente até, contra o candidato da burguesia, quando este quer visitar cidades operárias. Assim, em Lota, uma greve de vinte e quatro horas arranca antes da sua chegada. As municipalidades declaram as personalidades da burguesia *persona non grata*. Tais incidentes repetem-se de cidade em cidade. Os operários do cobre proibem-lhes a entrada nas cidades mineiras. Numa palavra, a mobilização contra a burguesia prossegue até ao dia das eleições. A sete horas da data, todas as minas de carvão do país ainda estão

paralisadas pela greve total.

Opera-se uma ruptura entre a classe operária e as cúpulas dos partidos operários, que se recusam a enfrentar a reacção

Após a vitória de Allende, que fica em primeiro lugar, mas sem maioria absoluta, a Constituição política do Chile permite todas as manobras. Não havendo maioria absoluta, cabe à Assembleia e ao Senado determinarem qual dos dois candidatos com mais votos conseguidos será presidente da República. Ora, a democracia cristã é maioritária na Assembleia. A burguesia hesita: arriscar o choque directo, nomeando Alessandri, apesar de este ser rejeitado pelo país e de a classe operária estar mobilizada? A alternativa é entregar a salvaguarda da ordem burguesa nas mãos dos aparelhos, deixando-os inclusivamente tomar conta do poder por algum tempo. É a opção rapidamente escolhida.

Mas a burguesia exige garantias. O Partido Democrata escreve um texto a exigir de Allende que: *“queremos um Estado de direito, e isso supõe que exista um regime político em cujo âmbito a autoridade seja exclusivamente exercida pelos órgãos competentes, executivo, legislativo e judiciário, sem interferência de órgãos “de facto” que actuem em nome de um pretenso poder popular. Queremos que as forças armadas e o corpo de carabineiros continuem a ser garantes do nosso sistema democrático.”*

Allende e a Unidade Popular aceitarão todas as exigências. No dia 2 de Outubro, redige-se com os representantes da burguesia um texto intitulado “estatuto de garantias”, que colhe as exigências da burguesia.

O secretário-geral do PC Chileno, Luis Corbalán, declara: *“A legalidade ata as mãos à burguesia”*. Legalidade, que é a da Constituição chilena de 1922, que legitima as instituições – exército, polícia, tribunais, governo, Câmara de Deputados e Senado – para assegurar o domínio do sistema de propriedade privada dos meios de produção!

Não é tudo, porém. Após a eleição de Allende, o PC e o PS chilenos aceitam outro documento, dito de “garantia constitucional”, que emenda a Constituição. Já sem falar de que nele ficavam asseguradas a garantia do ensino privado financiado pelo Estado e a inamovibilidade dos funcionários da antiga administração, por ele se conferia ao exército, declarado *“garante da Constituição”*, um papel particular e um estatuto. O exército passa a ter o direito absoluto ao auto-recrutamento, sem intervenção externa, portanto *“fora de toda a primazia do civil sobre o militar”*. O exército vê também garantido o monopólio do direito de andar armado. Contra as milícias operárias. O secretário-geral do PC declara então: *“O exército não é um corpo estranho à nação, interessa ganhá-lo à causa do progresso. A formação das milícias popu-*



Manifestação dos “cordões industriais”, 1973

lares armadas equivaleria a uma marca de desconfiança no exército. Ora, o exército não é um corpo impermeável aos novos ventos que sopram na América Latina.”

Este exército fora formado, no sentido literal da palavra, pelo imperialismo americano. 2.064 oficiais chilenos foram formados directamente nos Estados Unidos, outros 549 nas escolas anti-guerrilha da CIA. A polícia recebera 5 milhões de dólares americanos. O Chile é, recorde-se, um país subordinado ao capital estrangeiro, subordinação que vai a par da manutenção e consolidação do latifúndio.

As instituições ficavam preservadas. A burguesia, apoiada pelo imperialismo, irá construindo passo a passo a sua contra-ofensiva à sombra protectora da frente popular.

(Antes de nos debruçarmos sobre esta, convém assinalar que a fente popular segrega sempre uma frente popular de combate. No Chile, este lugar será preenchido pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), organização castrista que levava a cabo operações de guerrilha e tentara desviar as massas do terreno eleitoral. Apesar disso, adere à Frente Popular de um dia para o outro. Miguel Enríquez, o se-

cretário-geral do MIR, entra no círculo de conselheiros do presidente. O MIR assegurará, aliás, o serviço de ordem pessoal de Allende. Apesar de constituído por milhares de militantes operários corajosos, o MIR nunca situará a sua acção fora do âmbito da coligação eleitoral. E será arrastado com ela para o desastre).

Em Outubro de 1972, a burguesia tenta realizar uma primeira mobilização da pequena burguesia contra o governo. O patronato organiza provocações e sabotagens para parar a produção. O governo mantém-se passivo. Já a reacção das massas é imediata. Os 14 mil comités de unidade popular tinham sido postos em latência após a vitória eleitoral de 4 de Setembro. Os trabalhadores relançam-nos sem esperar palavras de ordem da cúpula. As massas procuram intervir ao lado de Allende, “protegendo o governo” ameaçado pela reacção. Mas fazem-no independentemente dele, sem esperarem que alguém as mobilize. Fazem-no apoderando-se de órgãos como os “comités de abastecimento e preços”, constituindo novas organizações como os “*grupos de protecção e defesa dos locais de trabalho*”, embriões de milícias operárias. Os “comandos municipais” tomam conta das tarefas de

produção, distribuição e manutenção da ordem.

Na realidade, opera-se uma ruptura entre a classe operária e as cúpulas dos partidos operários, que se recusam a enfrentar a reacção. Na base, os trabalhadores de todas as tendências encontram-se uns com os outros em organismos que emergem: os “cordões industriais”, constituídos por delegados eleitos nas empresas. Estabelecidos em base territorial, relacionada com as greves, ocupações de fábricas e assembleias, os cordões industriais asseguram a ligação entre sindicatos, comités de abastecimento e associações populares de dada zona.

Perante a mobilização popular, no que tomará por vezes o nome de “Outubro chileno”, a burguesia recua precipitadamente. Contudo, no final do mês, em nome das ameaças de desordem, vota-se a lei sobre as armas. A lei visa proibir o armamento dos operários e autorizar o exército a entrar nas fábricas à procura de armas, por simples denúncia.

A 3 de Novembro, três generais entram no governo de Allende: o general Prat, comandante em chefe do exército, é ministro do interior. Assim animada a reacção, dá-se uma primeira tentativa de golpe

● HISTÓRIA

>>> A aliança com a burguesia acarretava, uma vez mais, a derrota

de Estado em 29 de Junho de 1973.

Os trabalhadores, pelo seu lado, juntam-se nos “cordões”. Estes editam os seus próprios jornais, graças aos quais palavras de ordem unificadoras vão aparecendo a pouco e pouco. Exige-se a revogação da lei celerada do controlo das armas, cujo único propósito é desarmar a classe operária. Apela-se à defesa das fábricas perante as exações do exército. Faz-se campanha a favor dos marinheiros legalistas torturados pelos oficiais.

Em França, os trabalhadores seguem os acontecimentos da situação chilena com inquietação. A imprensa da vanguarda põe questões candentes para o futuro: “A burguesia e o imperialismo estão organizando a sabotagem e o caos económico. Uma greve de camionistas apoiada pela CIA desorganiza o abastecimento das cidades. Organizam-se atentados contra os caminhos-de-ferro e as linhas de alta tensão. O imperialismo organiza um bloqueio económico larvar. Os militantes perguntam: porque não nos arma a União Popular, porque não nos chama para organizarmos milícias para guardar as pontes, as vias férreas e as torres eléctricas? Porque nos impedem de formar brigadas para suprir as faltas dos patrões camionistas? Porque nos impedem de pegar nos camiões, de os expropriar para acabar com o estrangulamento da vida económica?”

Ao que Étienne Fajon, dirigente do PC francês, responde que é absolutamente necessário continuar a respeitar a legalidade constitucional. Salienta que “aquilo que as forças armadas chamam a sua doutrina profissional assenta na sua coesão e disciplina, apesar das diferenças de opinião política dos oficiais, e



1976, Pinochet e Henry Kissinger, então secretário de Estado americano

na sua rigorosa subordinação ao poder civil legítimo.”

Em conferência de imprensa de 1 de Setembro (a dez dias do golpe de Estado), Fajon insistirá que “o respeito da Constituição é uma das características incontestáveis do comportamento do presidente Allende e do seu gabinete.”

Isto, enquanto, desde a intenção malograda de 29 de Junho, as forças armadas infligem golpes sistemáticos à classe operária. O exército ocupa fábricas invocando a lei que autoriza revistas para procurar armas. No decurso destas operações, militantes da CUT são assassinados. Dão-se autênticos combates, nas fábricas, entre os operários e o exército. Dentro do próprio exército, organizam-se prisões e assassinatos. Oficiais fascistas atiram marinheiros borda fora, de pés e mãos atados. Nada que impeça Fajon de condenar os militantes que “lançam palavras de ordem de desobediência aos soldados”, pois estariam fazendo “o jogo da reacção”.

O jornal do PC Chileno escreve a 21 de Agosto de 1973 que “em conformidade com as suas melhores e mais nobres tradições, o exército montará guarda para garantir a segurança nacional.” É cita Salvador Allende: “Temos confiado, confiamos e continuaremos a confiar nas forças ar-

madas. O programa da Unidade Popular determina, e eu repeti-o à saciedade, que não haverá outras forças armadas a não ser as previstas na Constituição e nas leis.”

O resultado foi trágico. A aliança com a burguesia acarretava, uma vez mais, a derrota.

Logo que o anúncio do golpe de Estado chega a Paris, a secção francesa da IVª Internacional (então organizada como Organização Comunista Internacionalista, OCI) apela à solidariedade e à mobilização em defesa do povo chileno. Convoca um comício em Paris. Salienta o heroísmo da resistência dos trabalhadores à fúria militar. Combate pelo boicote efectivo ao regime fascista.

Sem deixar de assegurar incondicionalmente as indispensáveis tarefas de solidariedade internacional, apela também a fazer um balanço. Como contribuição para essa reflexão, a OCI reproduz o jornal dos trabalhadores dos cordões industriais de Santiago e o seu título “Romper con la burguesia” (“romper com a burguesia”) Era o número de 3 de Agosto de 1973, mal faltava um mês para o golpe de Estado. Para as massas poderem impor tal palavra de ordem, faltou um partido, uma Internacional. A que estamos construindo.

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



